

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL,
2017

RELATÓRIO FINAL

ISCTE-IUL, CIES-IUL

Março de 2018, Lisboa

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017





FICHA TÉCNICA

TÍTULO

**INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO
ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017**

ELABORAÇÃO DO ESTUDO: ISCTE-IUL, CIES-IUL

Susana da Cruz Martins (Coord.)
Rosário Mauritti
Bernardo Machado
António Firmino da Costa (consultor)

PROMOÇÃO DO ESTUDO: DGES-MCTES

Lisboa, março de 2018.

* Esta versão do relatório substitui a versão anterior que data de dezembro de 2017.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Índice

FICHA TÉCNICA	3
Índice.....	5
Índice de quadros	7
ENQUADRAMENTO DO ESTUDO	15
Estudantes do ensino superior: um balanço.....	17
Operacionalização da pesquisa	19
Procedimentos de recolha de informação e de amostragem.....	19
Desvios amostrais e definição e construção do ponderador	19
Indicadores propostos no âmbito do Projeto EUROSTUDENT VI: construção e validação	21
CAPÍTULO 1 Caracterização demográfica.....	23
CAPÍTULO 2 Transição e acesso ao ensino superior e modalidades de estudo	29
CAPÍTULO 3 Expetativas e perceções sobre a qualidade no ensino superior	43
CAPÍTULO 4 Origens sociais e residência.....	45
Elementos de caraterização das origens sociais	45
Contextos de residência.....	49
CAPÍTULO 5 Despesas e custos de vida	51
Todos os estudantes, custos totais.....	51
Estudantes que vivem com os pais, custos totais	52
Estudantes que não vivem com os pais, custos totais	53
Custos de vida, todos os estudantes.....	54
Custos de vida dos estudantes deslocados e dos estudantes em casa própria	66
CAPITULO 6 Rendimentos e apoios públicos	77
Rendimentos gerais	77
Fontes de rendimentos dos estudantes	82
Os rendimentos provenientes da família e do trabalho	84
Apoios públicos do Estado	87
CAPÍTULO 7 Emprego e orçamento de tempos.....	93
CAPÍTULO 8 Mobilidade e internacionalização	103
Referências bibliográficas.....	111

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Índice de quadros

Quadro 1 - Tipo de instituição e região (Peso do ponderador para cada subgrupo).....	20
Quadro 2 – Área de estudo e graduação frequentada, com nomenclatura ISCED/CITE (peso do ponderador para cada subgrupo)	20
Quadro 3 – Sexo e idade (peso do ponderador para cada grupo).....	21
Quadro 4 – Idade dos estudantes do ensino superior à data de realização do inquérito (em anos).....	23
Quadro 5 –Estudantes do ensino superior por escalões etários à data de realização do inquérito (%)	23
Quadro 6 – Idade dos estudantes do ensino superior à chegada ao ensino superior (em anos)	23
Quadro 7 – Estudantes segundo a idade à chegada ao ensino superior (%)	23
Quadro 8 – Estudantes do ensino superior segundo o sexo (%)	24
Quadro 9 – Experiências e origens migratórias dos estudantes do ensino superior (%) 25	
Quadro 10 – Experiência ou origem migratórias (sem considerar o país onde o estudante possa ter estudado previamente) dos estudantes do ensino superior (%)	25
Quadro 11 – Estudantes do ensino superior que declararam ter algum tipo de incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional (%)	26
Quadro 12 – Perceções dos estudantes do ensino superior acerca da “visibilidade” da sua incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional (%)	26
Quadro 13 – Estudantes do ensino superior segundo o impacto que a sua incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional manifestam nas tarefas do dia-a-dia (%).....	27
Quadro 14 – Estudantes do ensino superior com filhos (%)	27
Quadro 15 – Distribuição dos estudantes do ensino superior por idade do filho mais novo (% e anos).....	27
Quadro 16 – Programa de estudos atual frequentado pelos estudantes do ensino superior (%).....	29
Quadro 17 – Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal (%).....	29
Quadro 18 – Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal segundo a via de acesso ao ensino superior (%).....	29
Quadro 19 - Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal segundo a área de estudo (%)	30
Quadro 20 –Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior (%).....	30
Quadro 21 – Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior por parte dos estudantes do ensino superior segundo o grau de escolaridade dos pais, o tipo de entrada no ensino superior, o tipo de dependência de rendimentos e o grau de atividade laboral (% em linha)	31
Quadro 22 - Momento de decisão de prossecução dos estudos no ensino superior (%) .	32
Quadro 23 – Tempo de transição do ensino secundário para ensino superior (%).....	32
Quadro 24 – Processo de aquisição de certificação de acesso ao ensino superior (%) ...	32
Quadro 25 – Proveniência educativa/académica dos estudantes do ensino superior (local onde obtiveram certificação para aceder ao ensino superior) (%)	33

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 26 – Proveniência educativa/académica dos estudantes do ensino superior segundo o grau ao qual dá acesso o atual programa de estudos, o tipo de instituição de ensino superior e o sexo (%).....	33
Quadro 27 – Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de vias de acesso ao ensino superior utilizadas (vias tradicionais ou vias não tradicionais)(%).....	34
Quadro 28 – Distribuição dos estudantes do ensino superior por tipo de vias de acesso ao ensino superior segundo a idade, o tipo de instituição de ensino superior e o sexo (% em linha)	34
Quadro 29 – Tempo de transição entre a conclusão do programa de estudos anterior e o início do mestrado (%)	35
Quadro 30 – Tempo de transição entre a conclusão do programa de estudos anterior e o início de um programa de estudos de mestrado segundo o tipo de instituição (%)	35
Quadro 31 – Expectativas dos estudantes do ensino superior em relação à sua progressão no nível de escolaridade (grau) do programa de estudos (%)	36
Quadro 32 – Expectativas dos estudantes do ensino superior de licenciatura em relação à sua progressão no nível de escolaridade (%)	36
Quadro 33 – Local de aquisição do grau de qualificação anterior ao mestrado (%)	37
Quadro 34 – País de aquisição de grau de qualificação anterior ao programa de estudos atual segundo o PIB per capita (%).....	37
Quadro 35 –Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de instituição de ensino superior (%).....	38
Quadro 36 – Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o local de estudos (%).....	38
Quadro 37 – Local de estudos dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de instituição (%)	38
Quadro 38 – Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o campo de estudos (%).....	39
Quadro 39 - Grau de qualificação a que corresponderá a conclusão do programa de estudos atual (%)	39
Quadro 40 – Estudantes do ensino superior por condição perante o trabalho - Estatuto laboral do estudante (%)	40
Quadro 41 – Estudantes com regime a tempo parcial segundo horas semanais de trabalho remunerado (%).....	40
Quadro 42 – Distribuição dos estudantes do ensino superior por ano de estudo no atual programa de estudos (%)	41
Quadro 43 – Interrupção do atual programa de estudos durante pelo menos dois semestres consecutivos (%).....	41
Quadro 44 – Causas para a interrupção do programa de estudos (%).....	42
Quadro 45 - Satisfação com o programa de estudos atual (%).....	43
Quadro 46 - Nível de satisfação com a formação no ensino superior (%).....	44
Quadro 47 – Níveis de escolaridade da mãe e do pai dos estudantes do ensino superior (%).....	45
Quadro 48 – Níveis de escolaridade da mãe e do pai dos estudantes do ensino superior e níveis de escolaridade da população nacional por sexo (45-64 anos) (2016) (%).....	46

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 49 - Estudantes do ensino superior por níveis de escolaridade dos pais (qualificação mais alta entre o pai e mãe) (%)	46
Quadro 50 – Estudantes do ensino superior por níveis de escolaridade da mãe e do pai segundo o tipo de instituição de ensino superior (%).....	47
Quadro 51 Comparação do indicador das categorias profissionais dos pais e mães dos estudantes do ensino superior com a população portuguesa em idade ativa de 25-64 anos (2017) (% em coluna).....	48
Quadro 52 - Perceção dos estudantes do ensino superior perante os níveis de riqueza dos pais (%)	48
Quadro 53 – Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência (%).....	49
Quadro 54 – Estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência por idade (%).....	49
Quadro 55 - Despesas dos estudantes, custos totais (em euros por mês)	51
Quadro 56 - Despesas dos estudantes, custos totais, por idade, condição perante atividade económica, por fonte de rendimento (em euros por mês).....	51
Quadro 57 - Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais (em euros por mês).....	52
Quadro 58 - Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais, por sexo, escolaridade dos pais, por fonte de rendimento (em euros por mês)	53
Quadro 59 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais (em euros por mês).....	53
Quadro 60 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais, por idade, por condição perante atividade económica, por fonte de rendimento (em euros por mês)	54
Quadro 61 - Despesas dos estudantes - custos com alojamento (em euros por mês) ...	54
Quadro 62 - Despesas dos estudantes - custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo (em euros por mês).....	55
Quadro 63 - Despesas dos estudantes - custos com alimentação, pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)	56
Quadro 64 - Despesas dos estudantes - custos com alimentação, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, contexto de residência e fonte de rendimento (em euros por mês)	56
Quadro 65 - Despesas dos estudantes - custos com transportes (em euros por mês)....	57
Quadro 66 - Despesas dos estudantes - custos com transportes por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, dificuldades financeiras, densidade populacional da localização de estudo e escolaridade dos pais (em euros por mês)	57
Quadro 67 - Despesas dos estudantes, custos com comunicações, pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)	58
Quadro 68 - Despesas dos estudantes, custos com comunicações, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, modo de residência e fonte de rendimento (em euros por mês)	59
Quadro 69 - Despesas dos estudantes, custos com saúde pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)	60



Quadro 70 - Despesas dos estudantes, custos com saúde, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, níveis de escolaridade dos pais e fonte de rendimento (em euros por mês)	60
Quadro 71 - Despesas dos estudantes - custos com atividades sociais e de lazer pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)	61
Quadro 72 - Despesas dos estudantes - custos com atividades sociais e de lazer, pagos pelos próprios e pelos pais por escolaridade dos pais e fonte de rendimentos (em euros por mês)	62
Quadro 73 - Despesas dos estudantes - custos com outras atividades regulares do dia-a-dia pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)	63
Quadro 74 - Despesas dos estudantes - custos com outras atividades regulares do dia-a-dia, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, níveis de escolaridade dos pais e fonte de rendimento (em euros por mês).....	63
Quadro 75 - Despesas dos estudantes, custos de vida totais em euros por mês	64
Quadro 76 - Despesas dos estudantes, custos de vida, pagos pelos próprios, pagos pelos pais e de forma agregada (pago pelos pais e pelos próprios), modo de residência e fonte de rendimento (em euros por mês)	64
Quadro 77 -Peso relativo dos custos de vida no orçamento global de despesas mensais (%).....	65
Quadro 78 - Peso relativo dos custos de vida no todo de despesas mensais por idade, condição perante atividade económica, fonte de rendimentos e modo de residência (%). 65	
Quadro 79 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos de vida totais (em euros por mês)	66
Quadro 80 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais- custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo (em euros por mês) .	67
Quadro 81 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais - custos com alimentação pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês).....	67
Quadro 82 – Despesas com alimentação dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais - despesas por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo (em euros por mês).....	68
Quadro 83 - Despesas em transportes dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês)	69
Quadro 84 - Despesas em comunicações dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês).....	69
Quadro 85 - Despesas em saúde dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês)	70
Quadro 86 - Despesas em atividades sociais e de lazer dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês) ..	70
Quadro 87 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos de vida (em euros por mês)	71
Quadro 88 - Despesas em propinas dos estudantes, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais(em euros por mês)	73
Quadro 89 - Despesas em propinas dos estudantes por grau do programa de estudos atual, por tipo de instituição de ensino superior, por densidade populacional da localização	

de estudo, por área de estudo e por proveniência (nacional ou internacional) (em euros por mês).....	73
Quadro 90 - Despesas em materiais de estudo, pagas pelos estudantes e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês)	74
Quadro 91 - Despesas dos estudantes com outras atividades regulares, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês)	74
Quadro 92 - Despesas dos estudantes, custos totais com atividades de estudo (em euros por mês).....	75
Quadro 93 - Peso relativo dos custos com atividades de estudo no montante global de despesas mensais (%)	75
Quadro 94 - Peso relativo de custos com atividades de estudo por grau do programa de estudos atual no montante orçamento global de despesas mensais (%)	76
Quadro 95 - Rendimentos dos estudantes incluindo transferências em género (intangíveis) e rendimentos resultantes de transferências em dinheiros aos estudantes, rendimentos totais (em euros por mês)	77
Quadro 96 - Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais (incluindo transferências em género) - rendimentos totais (em euros por mês)	77
Quadro 97 - Rendimentos dos estudantes (incluindo transferências em género) que não vivem com os pais - rendimentos totais (em euros por mês)	78
Quadro 98 - Rendimentos dos estudantes (incluindo transferências em género) que não vivem com os pais - rendimentos totais por grupos etários (em euros por mês)	78
Quadro 99 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais (incluindo transferências em género) dos estudantes do ensino superior (em euros por mês e %) ..	79
Quadro 100 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes do ensino superior (medidas de desigualdade).....	79
Quadro 101 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que vivem com os pais (medidas de desigualdade)	79
Quadro 102 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que não vivem com os pais (medidas de desigualdade)	80
Quadro 103 - Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes do ensino superior (em euros e %)	80
Quadro 104 - Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes (medidas de desigualdade)	81
Quadro 105 - Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes que vivem com os pais (medidas de desigualdade)	81
Quadro 106 - Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes que não vivem com os pais (medidas de desigualdade)	81
Quadro 107 - Rendimentos dos estudantes por fonte de rendimento (incluindo transferências em género) (em euros por mês)	82
Quadro 108 - Percentagem média de rendimentos que cada tipo de fonte de rendimento representa na média total de rendimentos (%).....	82
Quadro 109 - Rendimentos dos estudantes, rendimento médio proveniente da família (excluindo pagamentos indiretos de bens ou serviços) (em euros por mês).....	83
Quadro 110 - Rendimentos dos estudantes, dependência em relação à fonte de rendimentos (%)	83



Quadro 111 - Rendimentos dos estudantes, dependência em relação à fonte de rendimentos por grau de escolaridade dos pais, exercício de atividade económica e por proveniência educativa/académica (%).....	84
Quadro 112 - Estudantes destinatários dos rendimentos provenientes da família (%)....	85
Quadro 113 - Estudantes destinatários dos rendimentos provenientes da família por contexto de residência, trajetórias escolares e escolaridade dos pais (%)	85
Quadro 114 - Rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total (em euros por mês e %).....	86
Quadro 115 - Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais - Rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total (em euros por mês e %)	86
Quadro 116 - Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais - Rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total.....	87
Quadro 117 - Estudantes que declaram receber rendimentos diretamente do Estado (%)	87
Quadro 118 - Estudantes beneficiários de apoios públicos e avaliação das suas dificuldades financeiras (%)	88
Quadro 119 – Rendimentos dos estudantes e apoios públicos (em euros por mês)	89
Quadro 120 – Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais e que recebem apoios públicos (em euros por mês).....	89
Quadro 121 –Estudantes do ensino superior que não vivem com os pais e que declararam receber apoios públicos do Estado (%)	90
Quadro 122 – Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais e que recebem apoios públicos aos estudantes (em euros por mês).....	90
Quadro 123 - Beneficiários de apoios públicos aos estudantes segundo o nível de escolaridade mais alto entre os pais (%).....	90
Quadro 124 –Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades letivas e estudo pessoal e trabalho remunerado (em horas por semana)	93
Quadro 125 –Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades letivas e estudo pessoal e trabalho remunerado por fonte de rendimento (em horas por semana)	93
Quadro 126 –Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades relacionadas com o estudo por tipo de qualificação e por área de estudo (em horas por semana)	94
Quadro 127 –Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo do estudantes do ensino superior (%).....	95
Quadro 128 – Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo do estudantes do ensino superior (categorizado) (%).....	95
Quadro 129 – Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo do estudantes do ensino superior (categorizado) por fonte de rendimento (de que se está dependente) (%)	96
Quadro 130 – Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo do estudantes do ensino superior (categorizado) por área de estudo (%)	96



Quadro 131 – Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo no orçamento global de tempo do estudantes do ensino superior (categorizado) por intensidade de envolvimento em atividade económica (%)	97
Quadro 132 – Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) (em horas semanais)	97
Quadro 133 – Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) segundo o estatuto formal de tempo de afetação aos estudos (em horas semanais)	98
Quadro 134 – Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) por intensidade de envolvimento em atividade económica (em horassemanais).....	98
Quadro 135 – Estudantes que gostariam de dispender mais tempo com os estudos no segmento de estudantes que exercem algum tipo de atividade económica durante o período letivo em áreas relacionadas com os estudos (%).....	98
Quadro 136 – Estudantes que gostariam de dispender mais tempo com os estudos no segmento de estudantes que exercem algum tipo de atividade económica durante o período letivo em áreas não relacionadas com os estudos (%).....	99
Quadro 137 - Estudantes do ensino superior por condição perante a atividade económica ao longo do período letivo (%)	99
Quadro 138 - Estudantes do ensino superior segundo média de tempo médio passado por semana no local de trabalho ao longo do período letivo	100
Quadro 139 - Estudantes do ensino superior segundo tempo médio passado por semana no local de trabalho ao longo do período letivo	101
Quadro 140 – Razões para o exercício de atividade remunerada (%).....	101
Quadro 141 – Estudantes do ensino superior com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro (%)	103
Quadro 142 – Estudantes com atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro por grau de escolaridade ao qual dará acesso o programa de estudos atual, por grau de manifestação de dificuldades económicas e escolaridade dos pais (%)	103
Quadro 143 – Estudantes que estiveram inscritos numa instituição do ensino superior estrangeira ou têm planos para se inscrever no estrangeiro (%).....	104
Quadro 144 – Mobilidade e internacionalização, grau de escolaridade a que daria acesso o programa de estudos aquando da experiência no estrangeiro (%).....	105
Quadro 145 – Mobilidade e internacionalização, tipo de enquadramento ou apoio institucional para desenvolvimento da atividade no estrangeiro (%).....	105
Quadro 146 – Mobilidade e internacionalização, fontes dos financiamento para envolvimento em atividade no estrangeiro (%).....	106
Quadro 147 – Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que não desenvolveram planos de mobilidade internacional (%) ..	107
Quadro 148 – Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que desenvolveram planos concretos de mobilidade internacional (%)	107
Quadro 149 –Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que ainda não desenvolveram planos concretos nesse sentido mas que consideram essa possibilidade (%)	108
Quadro 150 –Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que participaram neste tipo de experiências (%)	109

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

O estudo que agora se apresenta enquadra-se num Projeto de investigação desenvolvido à escala europeia, designado *EUROSTUDENT Project*.¹ Este projeto está agora na sua 6ª ronda – Eurostudent VI (EVI) – e conta com a participação de 28 países.

Os seus principais objetivos são a análise da evolução e comparação das condições de vida dos estudantes do ensino superior, numa dupla perspetiva: de caracterização aprofundada da realidade nacional e de comparação e contextualização no espaço europeu. Acrescente-se, ainda, que a participação continuada neste projeto europeu permite identificar dinâmicas temporais entre indicadores que se mantiveram relativamente estáveis durante mais de 10 anos de recolha de informação.

Este estudo incide, fundamentalmente, sobre os elementos de caracterização dos estudantes portugueses do ensino superior, através da análise dos dados de um inquérito por questionário implementado em Portugal por uma equipa de investigação do CIES-Instituto Universitário de Lisboa, e promovido e financiado pela DGES-MCTES. Importa sublinhar que a equipa que desenvolveu esta pesquisa foi responsável pela realização do “Inquérito às condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior”, em duas rondas anteriores: no Projeto Eurostudent (EII) 2005 e EUROSTUDENT (EIII) 2008, resultando um conjunto de publicações, das quais se destacam as editadas sob responsabilidade da própria DGES, designadamente Martins, Mauritti e Costa (2005 e 2008).²

A abordagem analítica apresentada estrutura-se em dois eixos principais: um relativo aos *percursos escolares*, outro respeitante aos vários *contextos institucionais e recursos associados*, remetendo, simultaneamente, para a *família, o trabalho e o estado*.

De acordo com o previsto no plano de trabalhos do projeto *Inquérito às Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior, 2017* a equipa do CIES-IUL realizou as seguintes ações:

- Definição e composição da base de dados;
- Validação da amostra,
- Definição e construção do ponderador,
- Construção e verificação dos indicadores europeus e carregamento da informação na plataforma usada pelo projeto europeu, EUROSTUDENT Network.

Neste momento, encontra-se também já concluída a análise (com interpretações e enquadramento às especificidades nacionais) produzida no âmbito do *National Profile*, um dos produtos finais deste projeto europeu.

¹ No sítio do HIS [www.his.de/eurostudent] estão disponíveis alguns dos principais produtos decorrentes de estudos europeus anteriores. Os resultados relativos ao atual processo de pesquisa, o EUROSTUDENT VI, 2016-2018), estão disponíveis numa publicação de comparação europeia com 28 países europeus participantes, a partir da primavera de 2018.

² Ambas com versões publicadas em inglês.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Resta-nos ainda agradecer a colaboração preciosa das instituições de ensino superior e aos quase 4900 estudantes que acederam participar nesta operação de recolha de informação, através de um inquérito por questionário *online*.

Estudantes do ensino superior: um balanço

Num passado recente, a construção de um espaço comum europeu de ciência e de ensino superior, justificou o interesse centrado na análise das condições socioeconómicas e de mobilidade daqueles que são os principais destinatários e protagonistas – os estudantes.

A Declaração de Bolonha (1999) constituiu um dos instrumentos basilares de operacionalização dos objetivos subjacentes à construção desse espaço, investida no aumento da qualidade e da competitividade, na promoção da mobilidade e na crescente empregabilidade dos diplomados do ensino superior na Europa. Do ponto de vista institucional, trata-se de uma reforma já implementada no sistema português de ensino superior. Este estudo permite dar conta como é que a mesma se refletiu nas condições académicas e socioeconómicas dos estudantes do ensino superior.

Alguns dos seus propósitos pressupõem ainda que, em cada território nacional, um número crescente de indivíduos aceda à educação terciária no seguimento regular de um percurso escolar contínuo, ou de forma intercalada ou conjugada com experiências diversas de trabalho. A abertura do sistema a novos públicos - quer por via de um alargamento do acesso a jovens provenientes de meios sociais que num passado não muito recuado dificilmente acediam a este limiar de ensino (Almeida et al, 2003, Martins et al, 2005 e 2007, Martins 2015), quer por via da institucionalização de mecanismos especiais de acesso da população adulta (nomeadamente o acesso via Programa M23), poderá assim conferir sentido e reforçar tais objetivos.

Apesar do aumento notável da população inscrita no ensino superior em Portugal nos últimos 40 anos, o mesmo não se verificou de forma sustentada em todo este período. A preocupação com um crescimento nem sempre linear tem estado bem patente, sobretudo a partir dos anos 2000, com a Agenda de Lisboa, e é particularmente evidente na estratégia que se delineou, mais recentemente, com a Europa 2020 (Estratégia Para Um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo). Sendo o ensino superior uma área absolutamente decisiva para o desenvolvimento de Portugal e da Europa, a condução de políticas centradas na sua dimensão social e na inclusão de públicos socialmente diferenciados, constituem esforços que se têm revelado determinantes na qualificação generalizada da população portuguesa. Estes serão desafios que se colocam a um país ainda estruturalmente deficitário de ativos altamente qualificados.

Na comparação com a Europa, a população com 25 a 64 anos que, em 2016, detinha o ensino superior era, em Portugal, de 21,5%; enquanto na União Europeia, no escalão etário correspondente envolvia, no mesmo ano, 27,3% dos indivíduos (Eurostat, 2017). Podemos dizer que, apesar de a diferença ser ainda inequívoca, estes valores revelam um caminho de aproximação do país à Europa muito relevante.

A pesquisa aprofundada e sistemática sobre a realidade nacional dos estudantes do ensino superior tem revelado uma grande diversidade de recursos, percursos e capacidades de autonomia. Na continuidade de estudos anteriores, verifica-se que as mudanças de composição social e condições de vida da população inscrita na



educação terciária têm sido efetivas mas com uma cadência relativamente irregular. Estas evoluções não são alheias a parâmetros institucionais, de oportunidades e constrangimentos, relacionados, entre outros, com a família, o Estado e o trabalho, e as dificuldades ainda sentidas numa efetiva conciliação das componentes de tempo dedicado ao trabalho, aos estudos e ainda à vida familiar.

A presente pesquisa tem, precisamente, como objetivo a caracterização das condições socioeconómicas dos estudantes que frequentam atualmente o ensino superior em Portugal, com vista a manter o conhecimento atualizado dessas condições e a possibilitar comparações internacionais, através do Projeto EUROSTUDENT (EVI).

Operacionalização da pesquisa

A operacionalização da presente pesquisa assentou numa metodologia de cariz extensiva baseada na implementação de um inquérito por questionário no território nacional (continente e ilhas) aos estudantes do ensino superior.

O questionário português teve como referência e foi definido a partir de uma adaptação do questionário europeu, atendendo a uma dupla preocupação: por um lado, garantir critérios standardizados e compatíveis, em termos europeus, na definição de dimensões chave e na construção dos indicadores; e, por outro, promover um painel de observação longitudinal das principais tendências que se evidenciam neste campo, em termos nacionais.

Procedimentos de recolha de informação e de amostragem

A recolha da informação contida na amostra final foi levada a cabo entre 21 de março e 11 de maio, obtendo-se 4.894 casos válidos a partir do convite a toda a população estudantil do ensino superior português, excluindo os estudantes de doutoramento (CITE 8) e os estudantes inscritos na Universidade Aberta (instituição que funciona em regime de ensino à distância), perfazendo um universo de 323.028 estudantes, tendo por referência os dados administrativos da DGGEC, em 2015/16 (os mais recentes disponíveis na altura da recolha de informação).

O procedimento de inquirição utilizado foi *online*. A amostra resulta de uma taxa bruta de retorno (casos válidos no total de convites efetuados) de 0,015150389 (1,52%) e uma taxa líquida de retorno (casos válidos a dividir por casos submetidos) de 0,99877551 ou de 0,45 (se tivermos em conta os casos válidos a dividir pelo número de respondentes).

Desvios amostrais e definição e construção do ponderador

Apesar da distribuição da amostra, entretanto apurada, ser em variáveis nucleares muito equivalente ao verificado no universo (em 2015/16), em algumas destas existem uma espécie de distorção (“troca” de proporções) entre duas ou mais categorias.

Para se corrigirem tais desvios definiu-se um ponderador combinado que pudesse, em primeira mão, ter em conta variáveis de tipo institucional e regional (tipo de instituições e região), depois o tipo de curso e a área de formação (grau e área de estudo, considerando a CITE de 2013), e por último de tipo demográfico (como o sexo e a idade).

A sua definição e construção foi apoiada e testada pela coordenação austríaca, aquando da nossa estadia em Viena (julho, 2017).³

³ Tais procedimentos de definição e construção do ponderador foi apoiada pelos investigadores Martin Unger e Angelika Grabher do Instituto de Estudos Avançados (Institute of Advanced Studies).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Assim, em relação ao primeiro nível de ponderação – onde se teve em consideração a região e o tipo de instituição – temos os seguintes resultados (pesos a multiplicados em cada subgrupo):

Quadro 1 Tipo de instituição e região (Peso do ponderador para cada subgrupo)

Regiões	Politécnico	Universitário
Norte	1,2993	1,6733
Centro	0,9386	0,4602
Lisboa	1,1643	1,0383
Alentejo	0,9804	0,7778
Algarve	1,9620	0,7904
Madeira e Açores	1,0410	1,0048

Depois, num segundo nível de ponderação – área de estudo e grau académico – temos os seguintes resultados (pesos a multiplicar em cada subgrupo):

Quadro 2 – Área de estudo e graduação frequentada, com nomenclatura ISCED/CITE (peso do ponderador para cada subgrupo)

Área de estudo/ grau académico (CITE 2013)	ISCED (CITE) 5 & 6	ISCED (CITE) 7
01 Educação	1,0869	1,2759
02 Arte e Humanidades	0,9625	0,6606
03 Ciências sociais, jornalismo e informação	0,7338	0,5346
04 Gestão, administração e direito	1,3033	0,9240
05 Ciências naturais, matemática e estatística	0,7503	0,8468
06 Tecnologias de informação e comunicação	1,5981	1,3749
07 Engenharia, manufatura e construção	1,8304	1,3104
08 Agricultura, florestas, pesca e ciências veterinárias	0,9493	1,7397
09 Saúde e bem estar	0,7362	0,8226
10 Serviços	1,0746	0,9927



Por último, apresenta-se no quadro 3 os pesos por sexo e idade que definiram a terceira fase de construção do indicador:

Quadro 3 – Sexo e idade (peso do ponderador para cada grupo)

Sexo e idade	
Homens	
< 21 anos	1,5737
> 30 anos	1,2453
21-25 anos	1,7529
26-30 anos	1,7096
Total	
Mulheres	
< 21 anos	0,7129
> 30 anos	0,9580
21-25 anos	0,7195
26-30 anos	0,9278

Indicadores propostos no âmbito do Projeto EUROSTUDENT VI: construção e validação

A construção dos indicadores teve como principal referencia as convenções estabelecidas pelo Projeto EUROSTUDENT, inscritas e detalhadas no manual de procedimentos EUROSTUDENT VI (2017), *Instructions on Data processing: Essential information on EUROSTUDENT VI data preparation, cleaning and weighting*. A sua construção, vocacionada também para segmentos específicos, permitiu a verificação mais detalhada dos dados relativos a todos os indicadores. Foram, neste seguimento, tomadas decisões de “limpeza” e correção de dados.

Os manuais do EUROSTUDENT continham um conjunto de indicações para a aferição crítica dos casos e da sua plausibilidade para todos os indicadores (primários e derivados). O nosso trabalho junto da equipa de coordenação científica em Viena (Áustria), no Institute for Advanced Studies, permitiu reforçar essa avaliação da qualidade dos dados. Ainda em Viena, a partir de *macros* pré-definidas, foi possível o carregamento da informação (dados sobre a realidade nacional) para a plataforma EUROSTUDENT DDM (Data Delivery Module). Iniciou-se, nessa sequência, um novo período de correção ou “limpeza”, a partir de uma verificação automática existente na própria plataforma. Adicionalmente, estivemos em regular interlocução com os nossos colegas austríacos para irmos reforçando e melhorando esses mesmos procedimentos. Este processo de verificação, e em alguns indicadores de correção dos dados, decorreu durante o período que vai de agosto a outubro de 2017. A plausibilidade dos dados foi aferida também através de referenciais institucionais nacionais que nos permitiram uma maior fiabilidade na leitura e caracterização da realidade portuguesa.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Para além dos indicadores definidos pelo Projeto EUROSTUDENT, foram incorporados um conjunto de indicadores nacionais para analisar a realidade portuguesa de forma mais aprofundada. Esses indicadores incidem sobretudo sobre a caracterização das origens sociais e o percurso e sucesso educativo dos estudantes.

Pretende-se que as análises efetuadas constituam um processo continuado e em desenvolvimento, contando-se, para isso, com todos os contributos.

CAPÍTULO 1 Caracterização demográfica

A grande maioria dos estudantes do ensino superior em Portugal enquadra-se nos escalões etários mais jovens - 72% dos estudantes têm até 25 anos, com uma mediana de 22 anos. No entanto, esta população tem registado um progressivo alargamento etário nos últimos 10 anos. Tal é resultado de um conjunto de fatores de natureza política – programas de atração de públicos mais velhos e flexibilização da organização do sistema; e social – mais estudantes com atividade laboral entram em processos de qualificação avançada.

Quadro 4 – Idade dos estudantes do ensino superior à data de realização do inquérito (em anos)

Idade	Total
<i>n não ponderados</i>	4884
<i>n ponderados</i>	5056
Média	24,8
Mediana	22,1
Desvio-padrão	7,7

Quadro 5 – Estudantes do ensino superior por escalões etários à data de realização do inquérito (%)

Escalões etários	%	n
até 21 anos	48,5	2454
22 -24 anos	23,3	1177
25 -29 anos	12,2	618
30 anos ou mais	16,0	807

Quadro 6 – Idade dos estudantes do ensino superior à chegada ao ensino superior (em anos)

Idade	Total
Média	20,4
Mediana	18,6
Desvio-padrão	5,4

Quadro 7 – Estudantes do ensino superior segundo a idade à chegada ao ensino superior (%)

Escalões etários	%	n
Até 21 anos	86,3	4267
22 - 25 anos	6,3	311
26 - 29 anos	1,9	96
30 anos ou mais	5,4	268



O perfil etário dos que chegam ao ensino superior evidencia um padrão muito jovem, 87% têm até 21 anos. Tal perfil expressa, ainda de forma predominante, percursos cuja entrada no ensino superior se faz imediatamente a seguir à conclusão do ensino secundário. Este padrão acontece em simultâneo com um outro que, apesar de tudo, não tem ainda uma expressão que altere o padrão dominante das trajetórias académicas, mas que se tem vindo a afirmar paulatinamente e que diz respeito à entrada de um segmento com trajetórias de retorno ao sistema através de programas de flexibilização e de abertura do seu acesso (como é o caso do Programa Maiores de 23 anos).

Quadro 8 – Estudantes do ensino superior segundo o sexo (%)

Sexo	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Feminino	53,2	2690
Masculino	46,8	2366

Existem mais mulheres que homens no ensino superior português – 53% mulheres face a 47% de homens. Estando estas em minoria até aos anos de 1980, as últimas décadas são de prevalência maioritária do segmento feminino - o ano de 1986 representa a viragem de uma população estudantil maioritariamente masculina para um predomínio das mulheres no ensino superior (Martins, 2015). Esta entrada nos sistemas educativos, por parte das mulheres, tem muitos equivalentes noutros países europeus (Martins, 2012). Tais transformações têm sido enquadradas por outro tipo de transformações sociais que se têm constituído em maiores possibilidades de igualdade de género face a oportunidades, não só educativas, mas também, no mercado de trabalho e na família. Nos últimos anos (sobretudo a partir de 2008), registando-se ainda um peso superior de mulheres no conjunto dos inscritos, tudo indica que caminhamos para uma equiparação entre homens e mulheres no ensino superior (DGEEC, 2017).

Um outro aspeto de diversificação dos públicos no sistema de ensino superior diz respeito ao facto de este se ter tornado num espaço mais internacionalizado e onde os estudantes estrangeiros ou imigrantes são hoje um segmento reconhecível entre a sua população (Martins, 2015). Cerca de 20% dos estudantes teve ou tem uma experiência de imigração, quer diretamente (pouco mais do que 6%), quer por via das suas origens (13%). Existe, pois, todo o interesse em estudar esta população de 2ª geração, sobre a qual se desconhecia os padrões e características de entrada no sistema de ensino superior e, ao que tudo indica, ainda evidencia uma sub-representação na educação terciária. Acrescente-se, no entanto, que a presença, cada vez maior, de estudantes internacionais na Região de Lisboa permitiu compensar a perda de estudantes nacionais entre 2011 e 2015 (Carvalho e outros, 2014).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 9 – Experiências e origens migratórias dos estudantes do ensino superior (%)

Experiência ou origem migratórias	%	N
<i>n não ponderados</i>	–	4864
<i>n ponderados</i>	–	5033
2ª geração, origem migratória mista (mãe ou pai nascidos no estrangeiro)	10,8	545
2ª geração, origem migratória estrangeira (ambos os pais nascidos no estrangeiro)	1,8	93
1ª geração	3,5	176
Nativo	78,7	3943
Estudantes internacionais (qualificações obtidas em Instituições de Ensino estrangeiras)	3,2	159
Outros	2,3	117

NOTA 1: O indicador origem migratória (*Migration background*) refere-se aqui à situação de migração (país de nascimento dos pais e respondente), bem como ao país onde o estudante esteve previamente a estudar (país de educação prévia), enquanto o indicador "origem ou experiência migratória (independentemente do país onde o estudante estudou previamente)" apenas se centra no país de nascimento do estudante.

Nota 2: Alguns dos pais nascidos nas ex-colónias portuguesas (como Angola e Moçambique), podem não ser de origem imigrante, mas sim ter origens em famílias que integraram o processo de descolonização. Esses casos têm um peso relativamente marginal neste segmento, aqui considerados como imigrantes de 2ª geração.

Quadro 10 – Experiência ou origem migratórias (sem considerar o país onde o estudante possa ter estudado previamente) dos estudantes do ensino superior (%)

Experiência ou origem migratórias (sem considerar o país onde o estudante possa ter estudado previamente)	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4864
<i>n ponderados</i>	–	5033
2ª geração, origem mista	10,9	547
2ª geração, origem imigrante	1,9	94
1ª geração de imigração	6,1	307
Nativo	78,7	3963
Outros	2,4	122

Nota: Ver notas do quadro 9.

A partir das declarações dos estudantes foi possível aferir que tipo e com que incidência se identificam alguns tipos de incapacidade, problemas prolongados de saúde ou limitação funcional. Em Portugal, o acesso e ingresso no ensino superior público por cidadãos portadores de incapacidade formalmente reconhecida, é uma parte destas situações e foi alvo de regulamentação através da Portaria n.º 199-B/2016, de 20 de julho, que regula o Art.º 28 do DL 296-A/98, de 25 de setembro, que aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público. A referida portaria prevê na alínea e) do n.º 2 do artigo 10.º que

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



na 1.^a fase do concurso 2% do total de vagas fixadas para cada par instituição/curso são dirigidas a candidatos com deficiência física ou sensorial.

Não existindo ainda regulamentação específica para o acolhimento deste segmento, apenas 55% das Instituições de Ensino Superior têm previstas medidas dirigidas à promoção da integração e sucesso escolar destes estudantes. Por exemplo, através de adaptações curriculares sobretudo ao nível dos prazos e de alternativas aos instrumentos de avaliação (Homem e outros, 2017).

Os desafios neste campo, em particular, são ainda vastos, e têm tido o acompanhamento de um grupo especialmente constituído para o efeito – o GTAEDES.⁴

Quadro 11 – Estudantes do ensino superior que declararam ter algum tipo de incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Doença física crónica	6,1	310
Problema de saúde mental	1,7	86
Incapacidade de mobilidade	0,7	34
Incapacidade sensorial (visão, audição)	8,5	427
Incapacidade de aprendizagem (PHDA, dislexia)	1,2	63
Outro problema de saúde/limitação funcional/incapacidade permanentes	5,6	282
Semi-total	23,8	1202
Sem incapacidade	76,2	3855

Nota: Este indicador não é estritamente comparável com o utilizado pelos outros parceiros europeus (ver nota sobre desvio das convenções do Eurostudent Project).

Quadro 12 – Perceções manifestadas pelos estudantes do ensino superior acerca da “visibilidade” da sua incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	1199
<i>n ponderados</i>	–	1202
Sim, as outras pessoas notam logo	18,4	221
Sim, as outras pessoas provavelmente vão notar, mas passado algum tempo	20,9	251
Não, não é visível para os outros	60,7	729

⁴ Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (<http://www.gtaedes.pt/o-gtaedes/>).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 13 – Estudantes do ensino superior segundo o impacto que a sua incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional manifestam nas tarefas do dia-a-dia (%)

Impactos	Impacto da incapacidade nas tarefas correntes do dia-a-dia (%)	Impacto da incapacidade nas atividades de estudo (%)
<i>n não ponderados</i>	–	1199
<i>n ponderados</i>	–	1202
Severamente limitado	0,9	1,8
2	7,6	5,4
3	19,4	14,3
4	21,8	16,3
Nada limitado	50,3	62,2

Mais de três quartos dos estudantes portugueses (76%), declarou não ter qualquer incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional. Dos que declararam ter uma incapacidade/problema/limitação, cerca 60% afirmaram que não é perceptível pelas outras pessoas e 50% diz que não tem impacto nas tarefas correntes do dia-a-dia e muito menos nas suas atividades de estudo (62%).

Quadro 14 – Estudantes do ensino superior com filhos (%)

Ter filhos	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Não	91,7	4638
Sim	8,3	419

Quadro 15 – Distribuição dos estudantes do ensino superior por idade do filho mais novo (% e anos)

Escalões etários dos filhos dos estudantes	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	339
<i>n ponderados</i>	–	419
0-3 anos	29,2	122
4-6 anos	18,0	75
7-9 anos	9,8	41
10-15 anos	20,3	85
Mais de 15 anos	22,7	95
	Idade	unidade
Média	9,4	Anos
Mediana	8,0	Anos
Desvio-padrão	8,1	Anos



Cerca de 8% dos estudantes já são pais e destes quase 50% (mais especificamente 47,2%) têm filhos até 6 anos. Esta percentagem relativamente residual de pais entre os estudantes do ensino superior evidência a prevalência de uma população muito jovem e ainda numa situação de dependência financeira face à família de origem. Além disso, o quadro traçado é muito convergente com as dinâmicas demográficas de baixas taxas de natalidade. Portugal é um dos países com uma demografia mais envelhecida da Europa e isso agravou-se nos últimos anos.

CAPÍTULO 2 Transição e acesso ao ensino superior e modalidades de estudo

Menos de dois terços dos estudantes do ensino superior em Portugal estão no 1º programa de estudos no ensino superior. Com a implementação do Processo de Bolonha (2006/07), têm havido alterações na distribuição de estudantes pelos diferentes ciclos, tendo aumentado, em termos relativos, a inscrição nos níveis seguintes.

Quadro 16 – Programa de estudos atual frequentado pelos estudantes do ensino superior (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	4882	4882
<i>n ponderados</i>	5055	5055
1º Programa de estudos (+- 3 meses)	61,4	3102
Outro Programa de estudos	38,6	1952

Quadro 17 – Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Sim, na 1ª admissão ao ensino superior	24,8	1253
Sim, no desenvolvimento do plano de estudo	24,3	1231
Não	55,2	2789

Quadro 18 – Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal segundo a via de acesso ao ensino superior (%)

	Acesso por vias não tradicionais		Acesso pela via tradicional	
	%	n	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	875	–	3854
<i>n ponderados</i>	–	1084	–	3820
Sim, na 1ª admissão ao ensino superior	26,9	292	24,4	932
Sim, no desenvolvimento do plano de estudo	27,6	299	23,0	879
Não	49,1	532	57,2	2183

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 19 - Reconhecimento de competências/experiências obtidas fora do sistema de educação formal segundo a área de estudo (%)

Áreas de estudo (CITE 2013)	<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Sim, na 1 ^a admissão ao ensino superior (%)	Sim, no desenvolvimento do plano de estudo (%)	Não (%)
Educação	151	175	35,0	34,0	37,8
Artes e Humanidades	536	459	26,9	24,1	53,0
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	780	468	22,0	20,6	62,0
Gestão, Administração e Direito	883	1125	24,2	21,0	58,8
Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	343	240	24,8	21,5	57,9
Tecnologias de Informação e Comunicação	67	133	19,4	20,4	62,2
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	709	1274	24,3	24,6	54,9
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	90	104	31,3	28,1	43,9
Saúde e Bem-Estar	1015	712	24,6	27,3	53,7
Serviços	310	367	24,8	30,9	48,6

Embora a maioria dos estudantes dê conta que as experiências/competências obtidas fora do sistema de educação formal não tenham sido relevantes para a sua admissão ao ensino superior (55,0%), existe uma parte que valoriza o reconhecimento dessas competências na primeira admissão (24,8%) e no desenvolvimento do programa de estudo (24,3%, nomeadamente na sua tradução em ECTS). Tal reconhecimento parece ser mais relevante para os alunos da área da educação e para os que acedem por vias não tradicionais.

Quadro 20 –Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Trabalho contínuo durante, pelo menos, um ano sem interrupção e menos de 20 horas por semana	19,2	970
Trabalho contínuo durante, pelo menos, um ano sem interrupção e, pelo menos 20 horas por semana	2,2	111
Sim, mas menos de um ano	16,7	844
Não trabalhei antes de ingressar no ensino superior	61,9	3131

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 21 – Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior por parte dos estudantes do ensino superior segundo o grau de escolaridade dos pais, o tipo de entrada no ensino superior, o tipo de dependência de rendimentos e o grau de atividade laboral (% em linha)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Trabalho contínuo durante pelo menos um ano sem interrupção e menos de 20 horas por semana (%)	Trabalho contínuo durante pelo menos um ano sem interrupção e, pelo menos 20 horas por semana (%)	Sim, mas menos de um ano (%)	Não trabalhei antes de ingressar no ensino superior (%)
Escolaridade dos pais	Sem ensino superior	3106	3218	23,6	2,5	17,6	56,3
	Com ensino superior	1705	1749	10,5	1,6	15,0	73,0
	Não sabe	34	47	20,7	1,7	15,3	62,4
Tipo de entrada no ensino superior	Entrada direta	4199	4187	11,0	2,1	18,0	68,9
	Entrada não direta	685	870	58,5	2,8	10,2	28,5
Dependência de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	12,5	2,3	17,2	68,0
	Dependente de rendimentos próprios	540	665	55,0	3,0	15,6	26,3
	Dependente de apoios públicos	346	312	14,4	1,9	20,8	63,0
	Outros	132	144	26,4	3,7	25,7	44,2
Grau de atividade laboral	0h/semana	3609	3531	7,8	1,4	16,0	74,8
	1-20 h/semana	450	505	26,0	5,9	28,2	39,9
	>20h/semana	804	997	54,9	3,2	13,6	28,3

Quase dois terços dos estudantes portugueses não têm qualquer tipo de experiência de trabalho (61,9%) antes de ingressarem no ensino superior (ver quadro 21). Este valor é consideravelmente mais alto para os estudantes com pais com o ensino superior (73%). A experiência de trabalho anterior não está tão presente para quem entrou diretamente no ensino superior após ter acabado o ensino secundário (68,9%), ou para aqueles estudantes que dependem de rendimentos da família para fazerem face às suas despesas (68,0%).

Quadro 22 - Momento de decisão de prossecução dos estudos no ensino superior (%)

	(%)
<i>n ponderados</i>	5056
<i>n não ponderados</i>	4894
Sempre pensou ingressar no ensino superior	69,1
Durante o 3º ciclo do ensino básico	3,2
Durante o secundário	11,3
No fim do 12º ano	7,6
Após algum tempo de ter completado o ensino secundário	8,8

Quadro 23 – Tempo de transição do ensino secundário para ensino superior (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Menos de um ano	71,4	3612
Entre um e dois anos	11,4	575
mais de dois anos	17,2	870

Os estudantes que chegam ao ensino superior pela primeira vez cumprem com trajetórias relativamente lineares (71,2%) e sem atrasos nos percursos. Se associarmos a estas trajetórias outras com pequenas demoras entre 1 e 2 anos, tal traduz-se em 82,8%. Os trajetos mais demorados não chegam, portanto a um quinto.

Quadro 24 – Processo de aquisição de certificação de acesso ao ensino superior (%)

	%	N
<i>n não ponderados</i>	–	4618
<i>n ponderados</i>	–	4765
Em relação direta com a conclusão do ensino secundário regular	80,2	3820
Sem relação direta com a conclusão do ensino secundário regular	19,8	945

Tal fica muito clarificado com o indicador do quadro 24, que evidencia que os estudantes entram no ensino superior (80%) na decorrência imediata de finalizar o ensino secundário. Se isto é verdade, também não podemos desvalorizar um

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



segmento importante (20%), com experiências de vida e de trabalho muito diversificadas e alternativas aos percursos referidos anteriormente.

Quadro 25 – Proveniência educativa/académica dos estudantes do ensino superior (local onde obtiveram certificação para aceder ao ensino superior) (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Estudantes nacionais	96,8	4896
Estudantes internacionais	3,2	161

Quadro 26 – Proveniência educativa/académica dos estudantes do ensino superior segundo o grau ao qual dá acesso o atual programa de estudos, o tipo de instituição de ensino superior e o sexo (%)

		n não ponderados	n ponderados	Estudantes nacionais		Estudantes internacionais	
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Técnico Superior Nacional	104	150	(%)	100,0 %	0,0 %	
	Licenciatura (1º ciclo do ensino superior)	2948	3167	(%)	97,5 %	2,5 %	
	Mestrado (2º ciclo do ensino superior)	954	872	(%)	93,5 %	6,5 %	
	Mestrado integrado	829	817	(%)	97,2 %	2,8 %	
	Pós-graduação	49	51	(%)	100,0 %	0,0 %	
Tipo de instituição de ensino superior	Ensino universitário	–	–	(%)	96,3 %	3,7 %	
		3284	3093	(n)	2979	114	
	Ensino politécnico	–	–	(%)	97,6 %	2,4 %	
		1600	1963	(n)	1917	46	
Sexo	Feminino	–	–	(%)	97,1 %	2,9 %	
		3446	2690	(n)	2613	77	
	Masculino	–	–	(%)	96,5 %	3,5 %	
		1438	2366	(n)	2283	83	

O peso dos estudantes que fizeram o acesso ao ensino superior por via de qualificações no estrangeiro é relativamente residual. Existe uma maior incidência no segmento que está a desenvolver cursos de mestrado (chegando aos 6,5%), e ligeiramente mais elevado no ensino universitário e entre os homens.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 27 – Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de vias de acesso ao ensino superior utilizadas (vias tradicionais ou vias não tradicionais)(%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4729
<i>n ponderados</i>	–	4904
Vias não tradicionais	22,1	1084
Vias tradicionais	77,9	3820

Quadro 28 – Distribuição dos estudantes do ensino superior por tipo de vias de acesso ao ensino superior segundo a idade, o tipo de instituição de ensino superior e o sexo (% em linha)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Vias não tradicionais (%)	Vias tradicionais (%)
Idade	até 21 anos	2506	2420	14,0	86,0
	22 -24 anos	1149	1142	19,6	80,4
	25 -29 anos	466	579	37,7	62,3
	30 anos ou mais	608	763	39,7	60,3
Tipo de instituição de ensino superior	Ensino universitário	3161	2987	16,8	83,2
	Ensino politécnico	1568	1917	30,4	69,6
Sexo	Feminino	3351	2619	18,3	81,7
	Masculino	1378	2286	26,4	73,6

Apesar da presença relativamente diminuta de estudantes que acedem ao ensino superior no contexto de percursos demorados, é de notar que o peso do acesso a este nível de ensino através de vias “não tradicionais” está a tornar-se relevante. A presença destes alunos deve-se a formas de qualificação e de acesso à educação terciária que se diversificaram muito nos últimos 10 anos, os seus impactos têm sido progressivos, mas são já notados (Silva e Serrano, 2015).

A partir dos 30 anos de idade, envolve mais de um terço dos estudantes do ensino superior. São percursos também mais observados no ensino politécnico e com maior percentagem nos estudantes homens.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 29 – Tempo de transição entre a conclusão do programa de estudos anterior e o início do mestrado (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	929
<i>n ponderados</i>	–	850
Menos de um ano após conclusão do programa de estudos anterior	59,5	506
Entre um ano e dois anos após conclusão do programa de estudos anterior	10,8	92
Mais de dois anos após conclusão do programa de estudos anterior	29,7	252

Quadro 30 – Tempo de transição entre a conclusão do programa de estudos anterior e o início de um programa de estudos de mestrado segundo o tipo de instituição (%)

	total			
	Ensino universitário		Ensino politécnico	
	%	n	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	729	–	200
<i>n ponderados</i>	–	603	–	247
Menos de um ano após conclusão do programa de estudos anterior	61,3	369	55,2	136
Entre um ano e dois anos após conclusão do programa de estudos anterior	11,1	67	10,0	25
Mais de dois anos após conclusão do programa de estudos anterior	27,6	166	34,8	86

A maioria dos estudantes transita do programa de estudos anterior para o mestrado de forma direta (em menos de um ano). Isto é mais evidente no ensino universitário. Tal sequência imediata pode dever-se ao alargamento deste nível de ensino (mestrados), como uma etapa de progressão quase “natural” nos percursos dos estudantes do ensino superior. A implementação do processo de Bolonha em Portugal, com um desenho institucional definido sobretudo na segunda metade da década de 2000, facilitou uma maior inscrição e graduação ao nível de uma formação de 2º ciclo, particularmente nestes cursos de mestrado.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 31 – Expectativas dos estudantes do ensino superior em relação à sua progressão no nível de escolaridade (grau) do programa de estudos (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Sim, dentro de um ano após terminar o ciclo de estudos atual	34,8	1760
Sim, mas mais de um ano após terminar o ciclo de estudos atual	18,9	958
Não, não tenciono prosseguir os meus estudos	14,4	728
Ainda não sei	31,9	1611

Mais de metade dos estudantes pretende continuar a estudar e a progredir nas suas qualificações (54%). Isto representa um alargamento das expectativas sobre a educação muito importante num país ainda com défices educativos. Este prolongamento dos percursos escolares é em parte muito subsidiário do Processo de Bolonha – na renovação dos graus e na organização dos estudos.

Quadro 32 – Expectativas dos estudantes do ensino superior de licenciatura em relação à sua progressão no nível de escolaridade (%)

	%	n
n não ponderados	–	2948
n ponderados	–	3167
Sim, dentro de um ano após terminar o ciclo de estudos atual	43,9	1392
Sim, mas mais de um ano após terminar o ciclo de estudos atual	19,2	609
Não, não tenciono prosseguir os meus estudos	7,3	231
Ainda não sei	29,5	935

Se tivermos em consideração os alunos de licenciatura (1º ciclo do ensino superior), ainda fica mais reforçada a ideia de continuação dos estudos e sem grandes desfasamentos temporais face ao programa de estudo que estão a frequentar (a leitura do quadro 32 é muito convergente com o 30).



Quadro 33 – Local de aquisição do grau de qualificação anterior ao mestrado (%)

	%	n
n não ponderados	–	954
n ponderados	–	872
No mesmo país	90,0	785
Dentro da EHEA	1,6	14
Fora da EHEA	5,9	51
Não possuem estudos anteriores	2,6	23
Nota: EHEA – European Higher Education Area		

São cerca de 10% os estudantes que fizeram o grau precedente ao mestrado no estrangeiro. Tal proporção dá conta de um ensino superior relativamente aberto e palco de uma internacionalização já relevante. Destes, a maior parte (6%) vem de países fora da Europa, mais especificamente dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) ou do Brasil.

O sistema de ensino superior em Portugal, pelas suas especificidades históricas, tem sido procurado, sobretudo tendo em conta os que têm já uma formação de nível superior feita num país estrangeiro e com uma incidência, já referida, de estudantes de países de língua oficial portuguesa, nomeadamente vindos de países africanos (como Angola, Moçambique, Cabo-verde) e do Brasil.

Esta procura, por parte destes estudantes, prende-se com afinidades históricas e linguísticas, e incorpora um carácter instrumental de potencialização das vantagens desta formação, sendo as suas origens nacionais respeitantes a países com dificuldades socioeconómicas importantes e com sistemas de ensino superior em consolidação. Estudar em Portugal afigura-se para muitos destes estudantes como uma oportunidade de estudar na Europa e obter uma certificação mais prestigiada (Martins e Duarte, 2015).

Quadro 34 – País de aquisição de grau de qualificação anterior ao programa de estudos atual segundo o PIB per capita (%)

	%	n
n não ponderados	–	929
n ponderados	–	850
Portugal	92,3%	785
País cujo PIB per capita se situe entre os 25% mais baixos no mundo (1ºquartil)	0,9%	8
País cujo PIB per capita se situe entre os 25% e os 50% mais baixos no mundo (2ºquartil)	1,2%	10
País cujo PIB per capita se situe entre os 25% e os 50% mais altos no mundo (3ºquartil)	4,5%	38
País cujo PIB per capita se situe entre os 25% mais altos no mundo (4ºquartil)	1,1%	9

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Este segmento não é proveniente, como fica clarificado nos dados apresentados, de países ricos ou muito desenvolvidos.

Quadro 35– Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de instituição de ensino superior (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Universidade	61,2	3093
Instituto Politécnico	38,8	1963

Os inscritos no ensino universitário representam pouco mais de 60% do total dos estudantes do ensino superior. O ensino politécnico, que no início dos anos 1990 tinha uma posição de pouca visibilidade, começou a ganhar importância de forma contínua. Este incremento teve significados oscilantes, mas muito importantes ao nível do alargamento da base de recrutamento social dos estudantes do ensino superior.

Quadro 36– Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o local de estudos (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	5056
<i>n ponderados</i>	–	4884
Capital (Lisboa)	31,3	1527
Fora da capital	68,7	3357

Quadro 37– Local de estudos dos estudantes do ensino superior segundo o tipo de instituição (%)

	Universitário		Politécnico	
	%	n	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	3093	–	1963
<i>n ponderados</i>	–	3284	–	1600
Capital	39,7	1304	18,0	287
Não é capital	60,3	1980	82,0	1313

Quase um terço dos estudantes do ensino superior está inscrito em instituições da região da capital (Lisboa). Esta concentração é maior entre os alunos universitários.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Os estudantes a frequentar o ensino politécnico têm inserções regionais mais diversificadas.

Quadro 38 – Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o campo de estudos (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Educação	3,5	175
Artes e Humanidades	9,1	459
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	9,2	468
Gestão, Administração e Direito	22,2	1125
Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	4,7	240
Tecnologias de Informação e Comunicação	2,6	133
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	25,2	1274
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	2,1	104
Saúde e Bem-Estar	14,1	712
Serviços	7,2	367

As áreas da Gestão, Administração e Direito e das Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção representam quase 50% dos inscritos no Ensino Superior. Já a Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária tem um peso cada vez mais marginal, aspeto que se encontra amplamente refletido na estrutura de emprego do próprio país, e em consonância com aquilo que se verifica um pouco por toda a Europa (Hauschildt e outros, 2018).

Quadro 39 - Grau de qualificação a que corresponderá a conclusão do programa de estudos atual (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Curso Técnico Superior Nacional	3,0	150
Licenciatura (1º ciclo do ensino superior)	62,6	3167
Mestrado (2º ciclo do ensino superior)	17,3	872
Mestrado integrado	16,2	817
Pós-graduação	1,0	51

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quase dois terços dos estudantes encontram-se a desenvolver cursos de licenciatura. Apesar de haver uma prevalência de inscritos neste nível de ensino, como aliás seria expectável, a estrutura de frequência tornou-se muito mais alargada a formações de nível avançando, nomeadamente ao nível dos mestrados (como oferta integrada ou isolada). Este aspeto está muito associado, entre outros fatores, à reconfiguração de ciclos de formação, como efeito da implementação do Processo de Bolonha.

Quadro 40– Estudantes do ensino superior por condição perante o trabalho - Estatuto laboral do estudante (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4751
<i>n ponderados</i>	–	4848
Estudante a tempo inteiro	82,5%	4000
Estudante a tempo parcial	17,5%	848

Quadro 41– Estudantes com regime a tempo parcial segundo horas semanais de trabalho remunerado (%)

	0h/semana	1-20h/semana	>20h/semana
<i>n não ponderados</i>	3513	441	776
<i>n ponderados</i>	3390	487	947
Estudante a tempo inteiro	96,2	75,7	38,0
Estudante a tempo parcial	3,8	24,3	62,0

Adicionalmente, 17,5% dos estudantes portugueses está em regime parcial (part-time). Este regime só foi possível a partir de 2006 com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março. A importância do peso destes estudantes tem vindo a aumentar, permitido uma melhor conciliação entre o estudo e outras esferas da vida, nomeadamente do trabalho. Este indicador fica altamente reforçado se levarmos em consideração o segmento dos estudantes que trabalham – sobe para 24% os estudantes a tempo parcial quando têm uma atividade laboral entre 1 e 20 horas semanais e para 62% no segmento dos que trabalham mais do que 20 horas semanais.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 42 – Distribuição dos estudantes do ensino superior por ano de estudo no atual programa de estudos (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4880
<i>n ponderados</i>	–	5054
Ano 1	46,4	2347
Ano 2	22,3	1129
Ano 3	15,9	803
Ano 4	6,9	348
Ano 5	4,0	202
Ano 6	1,9	95
Ano 7	1,0	48
Ano 8	0,7	37
Ano 9	0,2	9
Ano 10	0,1	7
> Ano 10	0,6	28

Entre os estudantes que participaram no processo de inquirição em referência existe uma enorme concentração de inscritos no 1.º ano (46,4%) do programa de estudos frequentado. Este é o ano crítico de frequência no ensino superior, representa para estes alunos um momento de transição complexa. Alguns dados (RAIDES, DGEEC, 2012) dão conta que a taxa de abandono tem uma maior incidência no 1º ano. O 2º ano tem também um peso importante (22,3%), embora com uma grande distância do 1º ano. Tal tendência também tem sido equacionada em termos europeus (CHEPS e NIFU, 2015).

Quadro 43– Interrupção do atual programa de estudos durante pelo menos dois semestres consecutivos (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4746
<i>n ponderados</i>	–	4895
Não	93,3	4569
Sim	6,7	326



Quadro 44– Causas para a interrupção do programa de estudos (%)

	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	250
<i>n ponderados</i>	–	326
Dificuldades financeiras	40,9	133
Conciliação com a vida familiar	24,8	81
Conciliação com atividade laboral	28,1	92
Causas relacionadas com questões de saúde	13,0	42
Falta de motivação	34,6	113
Outras causas	19,4	63

Cerca de 7% dos alunos interrompe os estudos formalmente. A principal causa parece ser de ordem financeira (40,9%) e se associamos a necessidade de conciliar com a atividade laboral (28,1%) isso corresponde a 69%. No entanto, não deixa de ser interessante e merecedor de atenção especial a falta de motivação ser a segunda causa para essa interrupção (34,6%). A conciliação da vida familiar com os estudos também representa uma dificuldade na continuidade dos estudos de 24,8% dos estudantes.

CAPÍTULO 3 Expetativas e perceções sobre a qualidade no ensino superior

Num contexto de crescente autonomia e competitividade entre as instituições do ensino superior (Pruvot e Estermann, 2017), a forma como os estudantes percecionam e avaliam as instituições, as suas condições para o ensino e a qualidade dos programas e formações aí ministradas reveste-se de grande importância. Este tipo de avaliações por parte dos alunos tem já uma tradição muito importante no mundo anglosaxónico (nomeadamente, em Inglaterra e nos EUA) (Hammonds e outros, 2017).

Alguns estudos dão conta da centralidade desta dimensão na administração e governo das instituições do ensino superior (veja-se a este propósito o estudo nacional de Magalhães, Machado e Sá, 2009). Alguns dos indicadores apresentados nos quadros 45 e 46 tem a vantagem adicional de se poderem comparar com os países participantes na rede EUROSTUDENT (VI).

Quadro 45 - Satisfação com o programa de estudos atual (%)

	<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	(Muito) satisfeitos (%)	Parcialmente satisfeitos (%)	Não satisfeitos (%)
Qualidade do ensino	4761	4864	61,2	20,1	18,7
Organização do programa de estudos	4761	4864	48,8	28,8	22,4
Infraestruturas	4761	4864	53,2	23,6	23,1

Quase dois terços dos estudantes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o seu ensino. Nesta avaliação os estudantes do ensino universitário não se distinguem muito do politécnico. Os estudantes do ensino superior português estão menos satisfeitos com a forma como está organizado o seu programa de estudos e todo o seu calendário letivo (não chega a 50% os que estão satisfeitos ou muito satisfeitos: 48,8%) face à forma como avaliam a qualidade do seu ensino.

Em relação aos serviços de apoio ao desenvolvimento dos estudos (como bibliotecas, computadores, edifícios e salas de aula), os estudantes tendem a estar satisfeitos ou muito satisfeitos (53,2%). No entanto é relativamente a este parâmetro que se encontram os mais insatisfeitos (23,1%).

Quadro 46 - Nível de satisfação com a formação no ensino superior (%)

	<i>Não ponderados</i> (n)	<i>Ponderados</i> (n)	Concorda (completamente) (%)	Concorda parcialmente (%)	Não concorda (%)
"Os meus professores inspiram-me"	4754	4854	53,6	31,9	14,5
"Esteve sempre claro para mim que um dia iria estudar no ensino superior"	4754	4854	81,5	8,9	9,5
"Irei recomendar o meu curso/programa de estudos"	4754	4854	69,9	19,5	10,6
"Esteve claro desde o início o que era esperado de mim no meu curso/programa de estudos"	4754	4854	56,3	29,1	14,6
"Tenho muitas vezes a sensação que não pertença ao ensino superior"	4754	4854	14,7	12,3	72,9
"Os professores estão preocupados com o meu progresso nos estudos"	4754	4854	35,4	28,7	35,8
"Por vezes pergunto-me se estudar foi a escolha certa para mim"	4754	4854	16,5	12,2	71,3

Mais de metade dos estudantes (53,6%) dão conta que os seus professores são uma fonte de inspiração. Esta amostra de estudantes evidencia, de forma muito expressiva (81,5%), que sempre quiseram estudar no ensino superior as matérias e conteúdos dos cursos que estão agora a desenvolver. Em consonância com a satisfação geral com a sua formação, quase 70% dão conta que recomendaria o seu programa de estudos a outras pessoas. Para pouco mais de metade dos estudantes do ensino superior (56,3%), foi sempre claro ou muito claro o que se pretendia deles, em termos do seu desempenho no programa de estudos que estão a desenvolver.

Quanto à sua avaliação sobre se consideram "fazer parte" ou "pertencer" ao ensino superior, 72,6% declararam que sim. Ou seja, uma maioria expressiva está completamente em desacordo sobre a declaração de que "ensino superior pode não ser um lugar para eles". Como seria de esperar, e tendo em conta que Portugal é um país em que o alargamento e a democratização do ensino superior têm efeitos reforçados mais recentemente, aquele tipo declaração é ainda mais forte para os filhos de pais com uma graduação no ensino superior.

Quanto à declaração de que os professores estão preocupados com a sua progressão nas aprendizagens, verifica-se que a distribuição das respostas é aqui mais repartida. Ou seja, pouco mais de um terço dos estudantes declara que está (muito) preocupado ou atento (35,4%), 28,7% dizem que só parcialmente é que a equipa docente tem essa preocupação e 35,8% declaram que tal não corresponde à verdade. Para o conjunto dos estudantes, 71,3% não têm dúvidas que a sua formação é a opção acertada.

CAPÍTULO 4 Origens sociais e residência

Elementos de caracterização das origens sociais

Nas últimas décadas a população do ensino superior tem-se alargado e também diversificado na sua composição social (cf. Balsa e outros, 2001; Almeida e outros, 2003; Costa et al, 2014; Martins et al, 2005 e 2008; Mauritti e Martins, 2007; Martins, 2015). Se tal abertura está bem patente, são também muito evidentes traços persistentes de desigualdade a marcar o acesso ao ensino superior. Um dos aspetos mais evidentes a partir dos sucessivos inquéritos realizados à população do ensino superior portuguesa, prende-se com as diferenças de oportunidades, não só em relação ao acesso a este nível de ensino, mas também aos padrões socialmente diferenciados na frequência de determinados graus, instituições ou formações. A caracterização das origens sociais é um elemento de análise fundamental sobre reconhecimento e identificação das diferenças nas condições de vida dos estudantes do ensino superior. Nesta medida, apresentam-se de seguida alguns indicadores socioeducacionais e socioprofissionais.

Uma das primeiras verificações da análise dos indicadores sobre os níveis de escolaridade é que as mães destes estudantes têm já qualificações muito superiores aos dos pais. O contingente de pais no ensino básico representa mais 7% do que o mesmo verificado na distribuição das escolaridades das mães. Deste ponto de vista existe uma homologia em relação à distribuição verificada na estrutura socioeducacional de homens e mulheres em Portugal.

Quadro 47 – Níveis de escolaridade da mãe e do pai dos estudantes do ensino superior (%)

	Nível de escolaridade mais alto da mãe		Nível de escolaridade mais alto do pai	
	%	n	%	n
<i>n não ponderados</i>	–	4803	–	4801
<i>n ponderados</i>	–	4968	–	4971
Ensino básico (1º,2º e 3º ciclo)	39,1	1941	46,2	2297
Ensino secundário	27,7	1377	25,2	1253
Ensino pós-secundário não superior	2,4	117	3,1	153
Bacharelato ou Licenciatura	22,2	1100	15,8	787
Mestrado	5,5	273	4,8	240
Doutoramento	2,0	100	2,4	121
Não sabe/Não aplicável	1,2	58	2,4	119

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Um outro aspeto que vale a pena evidenciar, é que Portugal é ainda um contexto nacional onde se verifica uma sobrerrepresentação das altas qualificações dos pais dos estudantes no ensino superior face à população portuguesa. Entre as mães dos estudantes, 30% têm como nível de escolaridade o ensino superior. Este valor aumenta entre os estudantes do ensino universitário. Se atendermos que no escalão etário onde potencialmente se encontram as mães dos estudantes (45 a 64 anos), a percentagem de portuguesas com ensino superior é de 17,5% (Eurostat, 2016). Em relação aos pais, 23,7% têm o ensino superior. Entre os homens portugueses no escalão etário dos 45 a 65 anos esse valor é de 13,7%.

Quadro 48 – Níveis de escolaridade da mãe e do pai dos estudantes do ensino superior e níveis de escolaridade da população nacional por sexo (45-64 anos) (2016) (%)

	Nível de escolaridade das mães	Nível de escolaridade dos pais	Nível de escolaridade da população nacional (45-64 anos) *		
			Mulheres	Homens	Total
	%	%	%	%	%
Ensino básico	39,5	47,4	66,2	70,2	68,1
Ens. secundário e pós-secundário	30,4	29,0	16,3	16,1	16,2
Ensino superior	30,0	23,7	17,5	13,7	15,7

* Eurostat, 2016 (recolhidos em fevereiro de 2018).

Quadro 49 - Estudantes do ensino superior por níveis de escolaridade dos pais (qualificação mais alta entre o pai e mãe) (%)

	Nível de escolaridade mais alto obtido por um dos pais (mãe e pai)			Nível de escolaridade mais alto obtido por um dos pais (mãe e pai), a 3 níveis
	%	n		%
<i>n não ponderados</i>	–	4845	–	–
<i>n ponderados</i>	–	5014	–	–
Ensino básico (1º, 2º e 3º ciclo)	32,4	1624	Ensino básico	32,7
Ensino secundário	29,0	1452	Ens. secundário e pós-secundário	32,1
Ensino pós-secundário não superior	2,8	143		
Bacharelato ou Licenciatura	23,6	1182	Ensino superior	35,1
Mestrado	7,5	377		
Doutoramento	3,8	190		
Não sabe/Não aplicável	0,9	47	–	–

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Tendo em consideração as escolaridades presentes nos agregados domésticos de origem, e de acordo com o declarado pelos estudantes, 35% dos pais têm ensino superior como qualificação (mais especificamente, pelo menos um dos progenitores tem qualificações neste patamar de escolaridade). Tal aspeto dá conta de maiores qualificações em relação, não só à população portuguesa em idade ativa, mas de forma ainda mais flagrante em relação ao segmento etário onde, com muita probabilidade, se situam os pais destes estudantes.

A leitura do quadro 50 adensa esta análise, no sentido da clarificação das condições persistentes de desigualdade de oportunidades no interior do próprio sistema. O ensino politécnico abrange um conjunto de instituições mais aberto no recrutamento social – 48,4% das mães e 54,9% dos pais dos estudantes têm no máximo o ensino básico, representado mais 15%, em termos gerais que os estudantes inscritos em instituições universitárias.

Quadro 50 – Estudantes do ensino superior por níveis de escolaridade da mãe e do pai segundo o tipo de instituição de ensino superior (%)

	Tipo de instituição do ensino superior			
	Universidade		Instituto politécnico	
	Nível de escolaridade mais alto da mãe	Nível de escolaridade mais alto do pai	Nível de escolaridade mais alto da mãe	Nível de escolaridade mais alto do pai
	%	n	%	n
n não ponderados	–	3235	–	1566
n ponderados	–	3054	–	1917
Ensino básico (1 ^o , 2 ^o e 3 ^o ciclo)	33,3	40,7	48,4	54,9
Ensino secundário	26,5	25,9	29,6	24,2
Ensino pós-secundário não superior	2,5	3,6	2,2	2,3
Bacharelato ou licenciatura	27,8	18,9	13,1	11,0
Mestrado	6,6	6,0	3,7	3,0
Doutoramento	2,3	2,9	1,5	1,7
Não sabe/Não aplicável	1,0	2,0	1,5	3,0

Quanto à inserção nas várias categorias profissionais vale a pena salientar que o enquadramento das mães, por relação ao dos pais, tem em simultâneo características de maior qualificação (veja-se a categoria dos profissionais intelectuais e científicos) e, em aparente paradoxo, estão também mais presentes, em termos relativos, na categoria das profissões não qualificadas. O que configura, entre as mães destes estudantes, uma maior desigualdade no acesso a certas profissões.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Na comparação com a população ativa portuguesa, observamos uma estrutura de inserções profissionais muito equivalente à dos pais dos estudantes, embora com uma maior presença nas categorias mais qualificadas. Tal pode explicar-se no facto de este ser um segmento etário mais alargado onde estão incluídos jovens entre os 25 e os 34 anos, protagonistas de movimentos de qualificação mais avançados e que ainda não estão em idade de terem filhos com idade de frequência do ensino superior.

Quadro 51 Comparação do indicador das categorias profissionais dos pais e mães dos estudantes do ensino superior com a população portuguesa em idade ativa de 25-64 anos (2017) (% em coluna)

	Mãe	Pai	Pop. Portuguesa (25-64 anos)*
<i>n ponderados</i>	5056	5056	–
<i>n não ponderados</i>	4894	4894	–
	(%)	(%)	(%)
Dirigente de empresa ou organismo público	5,9	12,2	6,4
Profissional Intelectual e científico	15,1	8,8	18,2
Técnico/trabalhador com funções de chefia intermédia	6,4	12,2	11,4
Empregado administrativo	16,3	6,8	8,0
Trabalhadores dos serviços pessoais, segurança e do comércio	17,7	14,5	17,4
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	1,7	2,9	6,3
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	4,4	13,1	13,3
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem e transporte	1,8	8,5	8,4
Trabalhador não qualificado	11,8	8,7	10,6
Não sabe	12,8	11,8	–
Nunca esteve inserido no mercado de trabalho	6,1	0,6	–

* Eurostat (inquérito ao emprego), consultado em janeiro de 2018.

Quadro 52 - Perceção dos estudantes do ensino superior perante os níveis de riqueza dos pais (%)

	(%)	(n)
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Largamente abaixo da média	4,0	201
Pouco abaixo da média	17,9	906
Estão na média	44,8	2265
Pouco acima da média	27,3	1380
Largamente acima da média	6,0	304



Acrescente-se ainda e do ponto de vista das representações dos estudantes que um terço declarou que a sua família vive acima da média da população portuguesa e se associarmos aqueles que dizem estar na média da riqueza das famílias em Portugal esse valor atinge quase os 80%.

Contextos de residência

De acordo com os dados apresentados no quadro 53, quase metade dos estudantes que frequentam actualmente o ensino superior em Portugal permanece em casa dos pais/familiares (48,8%), pelo menos enquanto perdura a respetiva formação. Se considerarmos aqueles que estão em licenciatura, este valor aumenta ligeiramente (51,6%). Entre os que têm até 21 anos este valor também fica reforçado (56,6%).

Quadro 53– Distribuição dos estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência (%)

	%	n
n não ponderados	–	4884
n ponderados	–	5056
Em casa dos pais	48,8	2469
Numa residência para estudantes	6,2	316
Com companheiro(a) e/ou com filho(a)/os(as)	13,4	678
Com outros	23,9	1207
Sozinho em nenhuma das condições anteriores	7,7	388

Quadro 54– Estudantes do ensino superior segundo o contexto de residência por idade (%)

Contexto de residência	Alojamento por idade			
	<21 anos	22 até 24 anos	25 até 29 anos	≥30 anos
<i>n não ponderados</i>	2547	1183	501	653
<i>n ponderados</i>	2454	1177	618	807
Em casa dos pais	56,6	52,2	52,3	17,6
Numa residência para estudantes	7,7	7,4	3,7	2,2
Com companheiro(a) e/ou com filho(a)/os(as)	1,5	5,4	15,4	59,7
Com outros	29,7	29,0	16,4	4,3
Sozinho em nenhuma das condições anteriores	4,5	6,1	12,1	16,2

A grande maioria dos estudantes encontra-se (muito) satisfeita com a sua residência, nas suas várias dimensões. No entanto é com as condições de habitabilidade que



estes estudantes declaram estar mais satisfeitos. Embora também maioritariamente satisfeitos, a dimensão em que dão conta de uma menor satisfação é com o tempo despendido entre casa e a instituição de ensino.

CAPÍTULO 5 Despesas e custos de vida

Todos os estudantes, custos totais

Em média, o total de estudantes despende 761.4 euros/mês. Este valor, como se pode deduzir através da análise do desvio padrão associado (559.8 euros/mês), tem subjacente uma grande heterogeneidade de situações.⁵ A idade e condição perante a atividade económica, assim como a fonte de rendimentos que sustentam as despesas mensais são dimensões particularmente relevantes na variação do montante médio de custos declarados pelo todo de estudantes. Os estudantes mais velhos e também com envolvimento mais intenso no trabalho (>20 horas), tal como os que têm como principal fonte rendimentos próprios (de trabalho) são os que declaram ter um maior volume médio de despesas por mês.

Quadro 55 - Despesas dos estudantes, custos totais (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	4306	—
<i>n ponderados</i>	4444	—
Média	761,4	Euros
Mediana	610,0	Euros
Desvio-padrão	559,8	Euros

Quadro 56 - Despesas dos estudantes, custos totais, por idade, condição perante atividade económica, por fonte de rendimento (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	até 21 anos	2164	2071	637.4	511.5	465.2
	22 até < 25 anos	1091	1084	747.3	576.3	547.8
	25 até < 30 anos	463	558	775.7	659.8	494.6
	30 anos ou mais	588	731	1122.8	977.5	697.5
Condição perante atividade económica	0h	3142	3062	660.3	525.8	492.6
	1-20h por semana	412	457	796.4	662.2	524.1
	>20h por semana	734	906	1070.1	934.1	642.3
Fonte de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	801.0	626.9	587.5
	Dependente de rendimento próprio	540	665	868.5	768.3	494.7
	Dependente de apoio público aos estudantes	346	312	381.6	353.1	192.2
	Outro	132	144	728.2	635.0	443.5

⁵ Como nota prévia ao capítulo, parece útil sublinhar que os dados aqui apresentados referentes às despesas dos estudantes provêm das suas perceções declaradas no ato de preenchimento do questionário e não com base em nenhuma fonte institucional.

A análise por fonte de rendimentos indica ainda que os estudantes dependentes de apoio público declaram um padrão de despesas que é menos de metade do montante médio declarado pelo conjunto de estudantes. Neste segmento de estudantes que auferem apoios diretos do Estado, 50% têm despesas até 353 euros/mês, sendo a média 382 euros/mês.

Estudantes que vivem com os pais, custos totais

Os estudantes que residem com os pais (a maioria dos quais “estudantes a tempo inteiro”, sem outros proventos financeiros para além dos da família) declaram ter despesas médias de manutenção de 784 euros/mês, com um desvio padrão associado de 584 euros/mês. Estes valores, devem ser lidos com cautela, quanto a nós, mais do que referirem situações materiais, traduzem sim perceções sobre custos de vida pessoais e provavelmente também das respetivas famílias.

Quadro 57 - Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	1785	–
<i>n ponderados</i>	2055	–
Média	783.9	Euros
Mediana	665.4	Euros
Desvio-padrão	583.6	Euros

Desta forma, ao contrário do observado no quadro relativo ao conjunto de estudantes, neste segmento os que declaram em termos médios maiores volumes de despesas são os que têm como principal fonte de rendimentos a família: 862 Euros/mês, embora o desvio padrão associado (de 612 Euros/mês), indique uma grande diversidade de situações. De salientar também um ligeiro reforço da diferenciação por sexo e origens educacionais na variação de rendimentos médios. As mulheres e os estudantes cujos pais têm ensino superior declaram despesas médias mensais mais elevadas.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 58 - Despesas dos estudantes que vivem com os pais, custos totais, por sexo, escolaridade dos pais, por fonte de rendimento (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Sexo	Feminino	1252	1041	819.4	715.2	580.0
	Masculino	533	1014	747.5	633.3	585.4
Escolaridade dos pais	Pais com ensino superior	665	756	842.5	656.7	702.9
	Pais sem ensino superior	1102	1274	749.7	675.2	498.4
Fonte de rendimentos	Dependente da família	1271	1411	861.5	744.2	611.9
	Dependente de rendimento próprio	161	219	708.0	665.5	388.5
	Dependente de apoios públicos	83	93	352.0	304.2	218.6
	Outro	32	39	728.2	768.3	389.2

Estudantes que não vivem com os pais, custos totais

Os estudantes que não vivem com os pais declaram despesas médias de 742 euros/mês. Neste segmento, durante o período letivo a heterogeneidade dos padrões de despesas médias mensais é muito intensificada. Os estudantes posicionados no grupo etário até 21 anos, e mais dependentes financeiramente de apoios públicos, têm consumos em 70% e 50% mais baixos do que a média geral. No sentido contrário, os custos gerais tendem a progredir com a idade e a maior disponibilidade financeira ligada a rendimentos próprios (de trabalho): quanto mais velhos e mais mobilizados na atividade económica, maiores as despesas médias mensais, e também mais elevada a diversidade de situações.

Quadro 59- Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	2521	–
<i>n ponderados</i>	2389	–
Média	742.1	Euros
Mediana	571.7	Euros
Desvio-padrão	537.8	Euros

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 60 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos totais, por idade, por condição perante atividade económica, por fonte de rendimento (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	até 21 anos	1170	966	531.3	468.5	289.8
	22 até < 25 anos	597	537	626.8	523.1	380.4
	25 até < 30 anos	261	281	745.7	648.7	438.9
	30 anos ou mais	493	604	1180.4	1025.8	719.1
Fonte de rendimentos	Dependente da família	1629	1461	742.5	558.5	556.9
	Dependente de rendimento próprio	379	446	947.3	845.5	521.9
	Dependente de apoios públicos	263	219	394.2	361.2	178.9
	Outro	100	105	728.2	579.6	463.7

Custos de vida, todos os estudantes

Custos com alojamento

Quadro 61 - Despesas dos estudantes – custos com alojamento (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	4306	
<i>n ponderados</i>	4444	
Média	225.6	Euros
Mediana	180.0	Euros
Desvio-padrão	225.2	Euros

No conjunto de estudantes e considerando de forma agregada as despesas pagas pelos próprios e por outros (sobretudo os pais) o alojamento implica um custo médio mensal de 226 euros; com um desvio padrão associado de 225 Euros.

Os segmentos que declaram montantes médios de despesas mensais com alojamento acima do patamar médio global envolvem os estudantes mais velhos, economicamente ativos, residentes com um parceiro/a e os que residem sozinhos/as (estes frequentemente, tendo como principal fonte de rendimentos a família). Contudo, a maior disponibilidade financeira destes segmentos, comparando sobretudo com os estudantes alojados em residências (ou seja, todos beneficiários de apoios públicos que procuram colmatar carências financeiras das respetivas famílias) permite atenuar em parte o impacto destes custos no orçamento mensal que têm disponíveis. Concretamente, os 320 euros/mês em alojamento despendidos pelos estudantes mais velhos terão menos impacto financeiro no orçamento global de despesas relacionadas com custos de manutenção do que os 100 euros/mês dos seus colegas (mais novos e mais frequentemente do sexo feminino) alojados em residências estudantis.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 62 - Despesas dos estudantes - custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	até 21 anos	2164	2071	198.8	160.0	205.0
	22 até < 25 anos	1091	1084	216.2	170.0	215.4
	25 até < 30 anos	463	558	219.8	180.0	207.9
	30 anos ou mais	588	731	319.8	275.0	276.4
Condição perante atividade económica	0h	3142	3062	202.7	160.0	211.6
	1-20h por semana	412	457	228.5	200.0	211.1
	>20h por semana	734	906	299.2	250.0	253.2
Contexto de residência	Em casa dos pais	1785	2055	198.0	110.4	246.6
	Numa residência para estudantes	359	300	142.9	80.0	150.2
	Com companheiro(a)	534	613	345.8	300.0	281.0
	Com outros	1288	1117	211.6	200.0	116.2
	Sozinho(a)	340	358	290.3	265.5	210.9
Fonte de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	801.0	626.9	587.5
	Dependente de rendimento próprio	540	665	868.5	768.3	494.7
	Dependente de apoio público aos estudantes	346	312	381.6	353.1	192.2
	Outro	132	144	728.2	635.0	443.5
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	1132	989	189.3	150.0	168.8
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	1888	2101	211.5	180.0	212.7
	Capital(Lisboa)	1286	1353	274.0	230.0	268.0

Nota: nas categorias referentes aos modos de vida são mutuamente exclusivas, referem a residência principal em período letivo.

De resto, as despesas com alojamento pesam particularmente no orçamento dos estudantes em regiões de maior densidade populacional, particularmente os estudantes que frequentam o ensino superior na capital.

Custos com alimentação

As despesas com alimentação representam em termos médios um dispêndio de 74 euros/mês pagos diretamente pelos estudantes, e 91 euros/mês pagos por terceiros (sobretudo os pais).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 63 - Despesas dos estudantes - custos com alimentação, pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	unidade
	Total	Total	
<i>n não ponderados</i>	4306	4306	–
<i>n ponderados</i>	4444	4444	–
Média	74.1	91.3	Euros
Mediana	50.0	50.0	Euros
Desvio-padrão	92.6	130.0	Euros

Quadro 64 - Despesas dos estudantes - custos com alimentação, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, contexto de residência e fonte de rendimento (em euros por mês)

			<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)	
Pago pelos próprios	Idade	até 21 anos	2164	2071	45.9	30.0	57.1	
		22 até < 25 anos	1091	1084	57.3	48.0	64.8	
		25 até < 30 anos	463	558	88.8	80.0	80.5	
		30 anos ou mais	588	731	167.5	150.0	141.9	
	Contexto de residência	Em casa dos pais	1785	2055	44.2	20.0	62.7	
		Residência para estudantes	359	300	77.1	75.0	63.6	
		Com companheiro(a)	534	613	162.8	150.0	144.0	
		Com outros	1288	1117	64.7	50.0	66.1	
		Sozinho(a)	340	358	120.1	100.0	101.7	
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	61.7	40.0	84.0	
		Dependente de rendimento próprio	540	665	143.8	100.0	114.6	
		Dependente de apoios públicos	346	312	72.1	60.0	54.4	
		Outro	132	144	103.2	80.0	91.1	
	Pago pelos pais	Idade	até 21 anos	2164	2071	95.8	50.0	125.8
			22 até < 25 anos	1091	1084	103.6	50.0	141.3
			25 até < 30 anos	463	558	84.7	30.0	133.7
30 anos ou mais			588	731	65.4	0.0	116.9	
Contexto de residência		Em casa dos pais	1785	2055	137.8	100.0	155.6	
		Residência para estudantes	359	300	40.5	0.0	76.3	
		Com companheiro(a)	534	613	72.2	0.0	115.1	
		Com outros	1288	1117	50.8	30.0	70.8	
		Sozinho(a)	340	358	26.5	0.0	55.2	
Fonte de rendimentos		Dependente da família	2900	2873	114.9	80.0	140.4	
		Dependente de rendimento próprio	540	665	33.7	0.0	71.5	
		Dependente de apoios públicos	346	312	19.6	0.0	50.7	
		Outro	132	144	56.8	0.0	84.9	

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Os estudantes do grupo etário até 21 anos, que têm como principal fonte os rendimentos da família, bem como aqueles que se mantêm em casa dos pais durante o período letivo têm a maior fatia de gastos com alimentação pagos diretamente pela família.

Custos com transportes

Quadro 65 - Despesas dos estudantes - custos com transportes (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	4306	
<i>n ponderados</i>	4444	
Média	76.0	Euros
Mediana	59.0	Euros
Desvio-padrão	71.1	Euros

Quadro 66 - Despesas dos estudantes - custos com transportes por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, dificuldades financeiras, densidade populacional da localização de estudo e escolaridade dos pais (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	até 21 anos	2164	2071	64.8	50.0	62.1
	22 até < 25 anos	1091	1084	75.9	55.0	75.5
	25 até < 30 anos	463	558	86.6	60.7	76.4
	30 anos ou mais	588	731	99.9	90.0	77.0
Condição perante atividade económica	0h	3142	3062	66.6	50.0	64.7
	1-20h por semana	412	457	80.9	50.0	76.7
	>20h por semana	734	906	104.2	90.0	79.4
Contexto de residência	Em casa dos pais	1785	2055	85.0	60.0	78.5
	Residência para estudantes	359	300	53.8	40.0	55.4
	Com companheiro(a)	534	613	101.2	90.0	75.5
	Com outros	1288	1117	52.9	40.0	48.9
	Sozinho(a)	340	358	71.9	50.0	63.5
Dificuldades financeiras	Com dificuldades financeiras	1119	1144	78.6	60.0	74.7
	Sem dificuldades financeiras	1638	1731	74.7	58.0	71.2
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	1132	989	71.6	50.0	69.9
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	1888	2101	74.6	55.0	70.7
	Capital(Lisboa)	1286	1353	81.4	60.0	72.4
Escolaridade dos pais	Sem ensino superior	2765	2856	77.1	60.0	70.4
	Com ensino superior	1482	1515	73.7	50.0	72.6
	Não sabe	24	33	73.5	67.5	51.3

No todo de estudantes as despesas com transporte envolvem uma média de 76 euros/mês, considerando de forma agregada as despesas pagas pelos próprios e por terceiros, com um desvio padrão associado que praticamente dobra este montante (71 euros/mês). Os custos médios com transportes, assim como a grande variabilidade de situações manifestadas no valor do desvio padrão associado à média, são muito influenciados pelas práticas relativas à utilização de transporte público ou privado, pela situação de residência (serem ou não estudantes deslocados da residência de família por motivos de estudo) e pela idade dos estudantes.

No que concerne a este indicador, em 2017, em Portugal os estudantes do ensino superior com idades até 23 anos passaram a usufruir de tarifas especiais (com deduções entre 25% e 60% dependendo de serem, ou não, beneficiários da ação social direta). Este benefício veio afetar especialmente os que estudam em regiões urbanas, de maior densidade populacional, e é particularmente notório no segmento que mais utiliza o transporte público: os estudantes mais novos (até 21 anos), para os quais a média de custos em transporte corresponde sensivelmente ao preço do passe sub23: 29 euros/mês. Apesar de o impacto desta medida incidir especialmente nos estudantes da capital (com maior cobertura de transporte urbano), o facto de Lisboa acolher uma maior proporção de estudantes marcados por condições de maior favorecimento relativo, e também estudantes mais velhos e já inseridos no mercado de trabalho, que utilizam com maior frequência o transporte privado, justifica que as despesas médias com transporte sejam aí relativamente mais elevadas, mas também mais heterogéneas (81 euros/mês, face a um desvio padrão de 72 euros mês).

Neste item de despesas, destacam-se ainda como fatores de diferenciação o facto de em termos médios, os custos com transportes serem sensivelmente mais elevados em segmentos que têm condições de origem marcadas por maior desfavorecimento, como os estudantes cujos pais não detêm um diploma de estudos superiores, assim como os que declaram vivenciar dificuldades financeiras.

Custos com comunicações

Quadro 67- Despesas dos estudantes, custos com comunicações, pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	unidade
<i>n não ponderados</i>	4306	4306	
<i>n ponderados</i>	4444	4444	
Média	12.3	17.8	Euros
Mediana	8.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	19.1	27.5	Euros

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 68- Despesas dos estudantes, custos com comunicações, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, modo de residência e fonte de rendimento (em euros por mês)

			<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Pago pelos próprios	Idade	até 21 anos	2164	2071	6.5	0.0	11.4
		22 até < 25 anos	1091	1084	9.1	8.0	13.2
		25 até < 30 anos	463	558	15.8	10.0	18.3
		30 anos ou mais	588	731	30.7	25.0	29.5
	Modo de residência	Estudantes que vivem com os pais	1785	2055	7.9	0.0	13.7
		Estudantes que não vivem com os pais	2521	2389	16.0	10.0	22.0
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	9.5	0.0	16.6
		Dependente de rendimento próprio	540	665	26.3	20.0	24.6
		Dependente de apoio público aos estudantes	346	312	11.1	10.0	12.7
		Outro	132	144	18.1	10.0	23.0
Pago pelos pais	Idade	até 21 anos	2164	2071	19.8	10.0	27.8
		22 até < 25 anos	1091	1084	19.6	8.0	28.9
		25 até < 30 anos	463	558	15.6	0.0	26.1
		30 anos ou mais	588	731	11.3	0.0	24.5
	Modo de residência	Em casa dos pais	1785	2055	27.9	15.0	32.6
		Numa residência para estudantes	2521	2389	9.2	0.0	18.3
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	23.1	10.0	29.9
		Dependente de rendimento próprio	540	665	5.8	0.0	16.7
		Dependente de apoio público aos estudantes	346	312	3.7	0.0	9.8
		Outro	132	144	7.7	0.0	17.4

Em termos médios a generalidade dos estudantes declara depender entre 12 euros/mês (pagos do seu próprio bolso) e 18 euros/mês em comunicações. A harmonização das tarifas neste setor das telecomunicações e a proliferação de «pacotes familiares», permite atenuar o peso das comunicações no cabaz de despesas mensais dos estudantes. Isto apesar de as mesmas terem ainda alguma expressão.

Os estudantes posicionados nos escalões etários mais novos, que têm como fonte de rendimento principal a família; e os estudantes deslocados da residência por motivos de estudo, tendem com maior incidência do que os seus colegas a cobrir as despesas com comunicação através de pagamentos realizados por terceiros (sobretudo os pais).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Custos com saúde

Quadro 69 - Despesas dos estudantes, custos com saúde pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	unidade
	Total	Total	
<i>n não ponderados</i>	4306	4306	–
<i>n ponderados</i>	4444	4444	–
Média	5.8	9.8	Euros
Mediana	0.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	19.6	32.5	Euros

Quadro 70 - Despesas dos estudantes, custos com saúde, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, níveis de escolaridade dos pais e fonte de rendimento (em euros por mês)

			<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Pago pelos próprios	Idade	até 21 anos	2164	2071	2.1	0.0	11.8
		22 até < 25 anos	1091	1084	3.5	0.0	13.4
		25 até < 30 anos	463	558	9.2	0.0	21.9
		30 anos ou mais	588	731	16.9	0.0	33.5
	Escolaridade dos pais	Sem qualificação superior (ISCED 0-4)	2765	2856	6.2	0.0	20.0
		Com qualificação superior (ISCED 5-8)	1482	1515	4.9	0.0	18.3
		Não sabe	24	33	6.5	0.0	32.6
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	4.4	0.0	18.4
		Dependente de rendimento próprio	540	665	13.6	0.0	26.4
		Dependente de apoio público aos estudantes	346	312	4.2	0.0	11.7
		Outro	132	144	5.3	0.0	14.9
	Pago pelos pais	Idade	até 21 anos	2164	2071	10.5	0.0
22 até < 25 anos			1091	1084	12.2	0.0	38.7
25 até < 30 anos			463	558	6.2	0.0	18.8
30 anos ou mais			588	731	7.2	0.0	32.9
Escolaridade dos pais		Sem ensino superior	2765	2856	7.8	0.0	28.5
		Com ensino superior	1482	1515	13.9	0.0	38.9
		Não sabe	24	33	6.9	0.0	33.5
Fonte de rendimentos		Dependente da família	2900	2873	12.9	0.0	36.0
		Dependente de rendimento próprio	540	665	2.3	0.0	11.3
		Dependente de apoio público aos estudantes	346	312	1.0	0.0	6.1
		Outro	132	144	2.5	0.0	9.7



Em termos globais, os estudantes declaram ter em média 6 euros de despesas/mês com saúde pagas do seu próprio bolso e 10 euros/mês em transferências intangíveis (e.g. seguro médico) pagos por terceiros (sobretudo os pais).

Na análise destes dados, temos que ter em conta que, em Portugal, o acesso a serviços públicos de saúde é tendencialmente gratuito para a população em geral, muito embora esse acesso tenha implicado o pagamento de taxas moderadoras – salvo todas as crianças e jovens até 18 anos; pessoas em situações de carência económica comprovada e pessoas com quadros de acompanhamento clínico tipificado. Apesar disto, nos últimos anos tem vindo a ganhar presença consistente o segmento que prefere recorrer de forma relativamente sistemática a serviços de saúde privada, através de seguros, frequentemente, desenhados para pacotes familiares. Estas orientações parecem evidenciar-se de forma incidente nos segmentos de estudantes com origens sociais de maior favorecimento (pais com ensino superior), que têm na família a sua principal fonte de financiamento, com idades até 25 anos e do sexo feminino.

Custos com atividades sociais e de lazer

Quadro 71- Despesas dos estudantes - custos com atividades sociais e de lazer pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	unidade
	Total	Total	
<i>n não ponderados</i>	4306	4306	–
<i>n ponderados</i>	4444	4444	–
Média	23.2	14.3	Euros
Mediana	5.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	41.4	42.8	Euros

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 72- Despesas dos estudantes - custos com atividades sociais e de lazer, pagos pelos próprios e pelos pais por escolaridade dos pais e fonte de rendimentos (em euros por mês)

			<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Pagas pelos próprios	Condição perante atividade económica	0h	3142	3062	16.9	0.0	30.7
		1-20h por semana	412	457	27.0	20.0	39.9
		>20h por semana	734	906	42.4	20.0	61.8
	Escolaridade dos pais	Sem ensino superior	2765	2856	21.3	0.0	39.1
		Com ensino superior	1482	1515	26.8	15.0	45.0
		Não sabe	24	33	11.9	0.0	35.6
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	20.7	10.0	36.2
		Dependente de rendimento próprio	540	665	42.6	20.0	60.2
		Dependente de apoios públicos	346	312	17.2	7.3	31.1
		Outro	132	144	26.2	10.0	42.0
Pagas pelos pais	Condição perante atividade económica	0h	3142	3062	15.0	0.0	43.1
		1-20h por semana	412	457	13.9	0.0	41.4
		>20h por semana	734	906	11.7	0.0	42.4
	Escolaridade dos pais	Sem ensino superior	2765	2856	10.9	0.0	31.2
		Com ensino superior	1482	1515	20.9	0.0	58.6
		Não sabe	24	33	4.0	0.0	12.7
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	18.3	0.0	49.0
		Dependente de rendimento próprio	540	665	3.8	0.0	17.1
		Dependente de apoios públicos	346	312	2.2	0.0	9.5
		Outro	132	144	6.1	0.0	22.4

No conjunto dos estudantes, 50% assumem despende não mais do que 5 euros/mês de despesas com atividades sociais e de lazer. Este item acolhe, contudo, uma grande dispersão de situações, tendo em conta o desvio padrão de 41 euros/mês, associado a uma média de despesas de 23 euros/mês.

A disponibilidade para estas despesas tende a ser mais elevada no segmento de estudantes cujos pais têm ensino superior, que têm como principal fonte rendimentos próprios (de trabalho), com algum grau de mobilização na atividade económica.

Outros custos de vida

Em média, o todo de estudantes declara despende por mês 37 euros em "Outras despesas correntes" pagas do seu próprio bolso; e 36 euros, pagas por terceiros (sobretudo os pais). Estão muito acima destes valores os estudantes mais velhos, dependentes de rendimentos próprios, com envolvimento laboral acima de 20 horas/semana.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 73 - Despesas dos estudantes - custos com outras atividades regulares do dia-a-dia pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	unidade
<i>n não ponderados</i>	4306	4306	–
<i>n ponderados</i>	4444	4444	–
Média	37.1	36.1	Euros
Mediana	20.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	61.1	76.9	Euros

Quadro 74 - Despesas dos estudantes - custos com outras atividades regulares do dia-a-dia, pagos pelos próprios e pagos pelos pais por idade, níveis de escolaridade dos pais e fonte de rendimento (em euros por mês)

			<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Pago pelos próprios	Idade	até 21 anos	2164	2071	21.1	8.4	34.8
		22 até < 25 anos	1091	1084	34.3	15.4	57.4
		25 até < 30 anos	463	558	42.2	20.0	64.3
		30 anos ou mais	588	731	83.0	50.0	91.4
	Condição perante atividade económica	0h	3142	3062	22.5	5.0	40.2
		1-20h por semana	412	457	42.8	20.0	61.0
		>20h por semana	734	906	81.4	50.0	87.2
	Fonte de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	30.6	10.0	53.6
		Dependente de rendimento próprio	540	665	82.1	50.0	88.1
		Dependente de apoio público aos estudantes	346	312	23.2	17.0	28.8
		Outro	132	144	43.5	20.0	59.8
	Pago pelos pais	Idade	até 21 anos	2164	2071	34.8	0.0
22 até < 25 anos			1091	1084	48.5	0.0	102.7
25 até < 30 anos			463	558	27.2	0.0	56.4
30 anos ou mais			588	731	27.8	0.0	65.8
Condição perante atividade económica		0h	3142	3062	36.9	0.0	78.2
		1-20h por semana	412	457	39.7	0.0	81.2
		>20h por semana	734	906	30.3	0.0	67.9
Fonte de rendimentos		Dependente da família	2900	2873	46.0	10.0	86.7
		Dependente de rendimento próprio	540	665	10.2	0.0	32.6
		Dependente de apoio público aos estudantes	346	312	7.4	0.0	26.1
		Outro	132	144	23.0	0.0	57.5

Custos de vida, totais

Quadro 75 - Despesas dos estudantes, custos de vida totais em euros por mês

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	4306	–
<i>n ponderados</i>	4444	–
Média	665.4	Euros
Mediana	515.0	Euros
Desvio-padrão	531.7	Euros

Quadro 76 - Despesas dos estudantes, custos de vida, pagos pelos próprios, pagos pelos pais e de forma agregada (pago pelos pais e pelos próprios), modo de residência e fonte de rendimento (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Pago pelos próprios	Estudantes que vivem com os pais	1785	2055	167.4	103.0	196.9
	Estudantes que não vivem com os pais	2521	2389	403.8	300.0	417.1
Pago pelos pais	Em casa dos pais	1785	2055	510.5	385.0	523.3
	Numa residência para estudantes	2521	2389	250.9	175.0	321.3
Agregado (pago pelos próprios e pagos pelos pais)	Em casa dos pais	1785	2055	677.9	570.0	556.5
	Numa residência para estudantes	2521	2389	654.7	495.0	509.3

Segundo as declarações dos próprios, e de forma contraintuitiva face ao que seria expectável, os estudantes que residem com os pais têm despesas médias (678 euros/mês) e medianas (570 euros/mês) mais elevadas do que o segmento que acolhe os que estão deslocados por motivos de estudo (respetivamente, 655 euros/mês e 495 euros/mês), considerando de forma agregada despesas pagas pelos próprios e por terceiros. Como assinalado atrás, sobretudo os dados relativos aos estudantes que residem com a respetiva família devem ser lidos com cautela, quanto a nós, mais do que referirem situações materiais, traduzem sim perceções sobre custos de vida pessoais e provavelmente também das respetivas famílias.

A desagregação das despesas em função de serem pagas pelos próprios ou por terceiros introduz forte variação neste quadro geral. No caso das despesas pagas diretamente pelo estudante, o segmento de deslocados declara assumir em media um total de 403 euros/mês, contra 167 euros/mês no caso dos estudantes que residem com os pais.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Custos de vida, totais, em percentagem

Quadro 77 –Peso relativo dos custos de vida no orçamento global de despesas mensais (%)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	4306	–
<i>n ponderados</i>	4444	–
Média	83,9	(%)
Mediana	90,7	(%)
Desvio-padrão	18,9	(%)

Nota: O indicador “custos de vida” integra nove categorias de consumo geral de manutenção: alojamento, alimentação, transporte, comunicação, saúde, assistência à infância, pagamentos de dívidas (exceto amortizações), atividades de lazer social e outras despesas comuns. O indicador “Peso dos custos de vida nos custos totais mede a parcela de despesas de manutenção no cabaz de despesas mensais dos estudantes (que inclui também as despesas inerentes às atividades de estudo).

Quadro 78– Peso relativo dos custos de vida no todo de despesas mensais por idade, condição perante atividade económica, fonte de rendimentos e modo de residência (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (%)	Mediana (%)	Desvio-padrão (%)
Idade	até 21 anos	2164	2071	82,9	89,8	19,5
	22 -24 anos	1091	1084	83,1	88,9	19,1
	25 -29 anos	463	558	85,0	90,8	16,9
	30 anos ou mais	588	731	87,3	93,4	17,8
Condição perante atividade económica	0h	3142	3062	82,5	89,4	19,8
	1-20h por semana	412	457	84,9	91,6	17,6
	>20h por semana	734	906	87,9	93,3	15,3
Fonte de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	85,5	91,0	15,8
	Dependente de rendimento próprio	540	665	86,3	92,4	16,2
	Dependente de apoio público aos estudantes	346	312	81,7	87,5	17,0
	Outro	132	144	84,9	91,4	16,2
Modo de residência	Em casa dos pais	1785	2055	80,3	89,5	23,1
	Numa residência para estudantes	2521	2389	87,0	91,7	13,5

No conjunto de estudantes as despesas de manutenção, não diretamente relacionadas com as atividades de estudo, envolvendo o alojamento, alimentação, transportes, comunicações, entre outras, representam em termos médios 84% dos custos mensais; sendo que na mediana da distribuição estes custos envolvem 91% das despesas totais.



A idade, fonte de rendimentos principal e condição perante a atividade económica, assim como modo de residência durante o período letivo são fatores com influência no peso destas despesas. Os estudantes mais velhos, com maior envolvimento laboral e que têm no trabalho a sua principal fonte de rendimentos declaram em termos médios um maior peso relativo de custos de vida no orçamento global de despesas mensais.

Custos de vida dos estudantes deslocados e dos estudantes em casa própria

Neste ponto do relatório damos destaque aos custos de vida dos estudantes deslocados da residência familiar durante o período letivo, e também daqueles que representam o segmento relativamente minoritário de estudantes em casa própria, com transições para a vida adulta no plano familiar e de trabalho relativamente consolidadas.

Custos com alojamento

Os estudantes que não residem com a família de origem declaram despendem em média 250 euros/mês com alojamento (com um desvio padrão associado de 200 euros), incluindo aqui pagamento feitos diretamente pelos estudantes e por terceiros (sobretudo os pais).

Quadro 79 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos de vida totais (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	2521	—
<i>n ponderados</i>	2389	—
Média	249.3	Euros
Mediana	200.0	Euros
Desvio-padrão	201.9	Euros

Estudar na capital é um fator de forte acréscimo dos custos médios com alojamento (329 euros) e também de maior dispersão dos custos associados, tendo em conta o desvio padrão de 257 euros/mês. De resto, os estudantes mais velhos, economicamente ativos, que dependem de rendimentos próprios (trabalho) e que residem com um/a companheiro/a apresentam um acréscimo de despesas neste item.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 80 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais- custos com alojamento por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	até 21 anos	1170	966	201.0	180.0	136.0
	22 -24 anos	597	537	221.0	194.3	160.2
	25 -29 anos	261	281	256.0	210.0	191.4
	30 anos ou mais	493	604	348.6	300.0	278.7
Condição perante atividade económica	0h	1807	1561	216.5	180.0	168.7
	1-20h por semana	212	220	229.5	200.0	178.5
	>20h por semana	489	594	338.4	300.0	248.0
Contexto de residência	Em casa dos pais	–	–	–	–	–
	Numa residência para estudantes	359	300	142.9	80.0	150.2
	Com companheiro(a)	534	613	345.8	300.0	281.0
	Com outros	1288	1117	211.6	200.0	116.2
	Sozinho(a)	340	358	290.3	265.5	210.9
Fonte de rendimentos	Dependente da família	1629	1461	257.8	200.0	204.0
	Dependente de rendimento próprio	379	446	299.6	260.6	218.2
	Dependente de apoio público aos estudantes	263	219	122.0	90.0	80.7
	Outro	100	105	220.7	171.5	185.5
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	862	745	194.1	160.0	146.6
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	1038	1010	239.8	200.0	181.1
	Capital(Lisboa)	621	633	329.3	270.0	257.2

Custos com alimentação

A alimentação representa para este segmento um custo médio de 100 euros/mês pagos diretamente pelos estudantes, e 51 euros/mês pagos por terceiros (sobretudo os pais).

Quadro 81 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais - custos com alimentação pagos pelos próprios e pagos pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	Unidade
<i>n não ponderados</i>	2521	2521	–
<i>n ponderados</i>	2389	2389	–
Média	99.7	51.4	Euros
Mediana	80.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	105.5	84.5	Euros

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



O volume de gastos com alimentação tem variações significativas por idade, sexo, condição perante a atividade económica e região de localização da Instituição de ensino superior. Os estudantes mais velhos, os rapazes, e os que declaram maior envolvimento laboral têm despesas médias com alimentação mais elevadas. Relativamente ao contexto territorial, quanto maior a densidade populacional da localização de estudo, maiores os custos com alimentação.

Quadro 82 – Despesas com alimentação dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais - despesas por idade, condição perante atividade económica, contexto de residência, fonte de rendimentos e densidade populacional da localização de estudo (em euros por mês)

		Pagas pelos próprios			Pagas diretamente pelos pais		
		Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Idade	até 21 anos	61.0	50.0	60.4	50.2	30.0	70.0
	22 -24 anos	73.3	60.0	66.5	49.8	0.0	78.3
	25 -29 anos	106.4	100.0	83.8	45.8	0.0	74.2
	30 anos ou mais	182.1	150.0	145.7	57.2	0.0	111.3
Condição perante atividade económica	0h	70.2	50.0	72.9	54.6	20.0	84.0
	1-20h por semana	105.8	100.0	101.5	49.0	0.0	74.0
	>20h por semana	173.6	150.0	137.1	42.7	0.0	87.2
Sexo	Feminino	88.9	70.0	100.4	58.4	28.2	85.2
	Masculino	113.1	100.0	110.2	42.7	0.0	83.0
Fonte de rendimentos	Dependente da família	82.7	60.0	97.8	67.8	40.0	92.0
	Dependente de rendimento próprio	167.7	150.0	123.0	16.4	0.0	46.4
	Dependente de apoios públicos	80.9	80.0	56.0	12.0	0.0	26.5
	Outro	118.9	100.0	95.5	32.3	0.0	52.1
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	79.0	60.0	81.7	53.3	20.0	81.4
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	99.7	90.0	102.9	45.7	0.0	71.7
	Capital(Lisboa)	124.2	100.0	127.3	58.1	0.0	104.4

Custos com transportes

As despesas com transportes envolvem em média 47 euros/mês (com um desvio padrão alto de 54 euros) pagos diretamente pelos estudantes e 21 euros/mês (desvio padrão 40 euros) pagos por terceiros (sobretudo os pais). A análise destes custos referenciada na mediana permite observar que na metade da distribuição 50% tem custos de 35 euros/ mês (pagos pelos próprios).



Quadro 83 - Despesas em transportes dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	unidade
<i>n não ponderados</i>	2521	2521	–
<i>n ponderados</i>	2389	2389	–
Média	46.8	21.4	Euros
Mediana	35.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	53.6	40.0	Euros

A análise deste item segundo o género indica uma relativa maior dependência das raparigas no pagamento destes custos. De resto, estudantes trabalhadores, mais velhos e com maior autonomia familiar e económica tendem também a declarar mais custos, associados ao uso de transporte privado.

Custos com comunicações

Despesas com comunicações pagas pelos próprios envolvem em media 16 euros/mês, com um desvio padrão associado de 22 euros/mês, e 9 euros/mês (desvio padrão 18 euros) pagos pelos pais. Também neste item de custos se observa uma correlação positiva muito significativa com a idade e autonomia familiar e económica.

Quadro 84 - Despesas em comunicações dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	unidade
<i>n não ponderados</i>	2521	2521	–
<i>n ponderados</i>	2389	2389	–
Média	16.0	9.2	Euros
Mediana	10.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	22.0	18.3	Euros

Custos com saúde

As despesas com saúde têm no geral pouca expressão no todo de custos de manutenção mensal: na metade da distribuição os estudantes declaram zero euros de custos mensais com este item; sendo a média de gastos 8 euros/mês, para um desvio padrão associado de 23 euros/mês. A variabilidade de situações observáveis nestes custos segue, no geral, o mesmo padrão observado com outros gastos de manutenção: estudantes mais velhos e com maior independência económica assumem maiores encargos com saúde do que os seus colegas mais novos e mais dependentes da família de origem.

Quadro 85 - Despesas em saúde dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	unidade
<i>n não ponderados</i>	2521	2521	–
<i>n ponderados</i>	2389	2389	–
Média	7.6	5.7	Euros
Mediana	0.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	22.6	21.0	Euros

Custos com atividades sociais e de lazer

As despesas com atividades de lazer têm alguma expressão no todo de gastos mensais, representando em termos relativos o quarto item no volume de custos implicados. São igualmente caracterizadas por uma grande variabilidade de situações, tendo em conta o valor do desvio padrão: 48 euros/mês, associados a uma média de custos pagos pelos próprios de 26 euros/mês; e desvio padrão de 33 euros/mês associados a uma média de custos de 10 euros/mês pagos pelos pais.

Quadro 86 - Despesas em atividades sociais e de lazer dos estudantes que não vivem com os pais, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	unidade
<i>n não ponderados</i>	2521	2521	–
<i>n ponderados</i>	2389	2389	–
Média	26.1	9.7	Euros
Mediana	5.0	0.0	Euros
Desvio-padrão	47.7	33.1	Euros

Os custos com atividades sociais e de lazer seguem um padrão equivalente observado nos restantes itens, variando em função de características sociodemográficas e condição perante a atividade económica. Aqui têm também expressão significativa as condições sociais de origem, referenciadas no perfil qualificacional dos pais: os estudantes cujos pais têm ensino superior declaram em média um maior volume de despesas, quer pagos pelos próprios, quer pagos pelos pais.

Custos de vida

Em termos médios, o total dos custos de vida de estudantes que não vivem com os pais envolvem 655 euros/mês. Pelas razões assinaladas ao longo da análise, relacionadas com a enorme dispersão dos valores de custos médios (neste caso, 509



euros/mês), nomeadamente em função de características sociodemográficas, origem familiar e condição perante a atividade económica destes estudantes, a referenciação desta análise do total dos custos de vida na média geral de custos tem um alcance analítico muito limitado.

A mediana da distribuição (495 euros/mês) indica que o total dos custos de vida implicam para este segmento de estudantes que não vivem com os pais uma disponibilidade financeira abaixo do referencial de salário mínimo nacional, que é em 2017 de 557 euros mês.

Quadro 87 - Despesas dos estudantes que não vivem com os pais, custos de vida (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	2521	–
<i>n ponderados</i>	2389	–
Média	654.7	Euros
Mediana	495.0	Euros
Desvio-padrão	509.3	Euros

No total, os custos de vida representam em média 87% dos gastos gerais dos estudantes, e 92% na mediana da distribuição. A idade mais avançada e a condição socioeconómica de maior autonomia financeira são os dois fatores de diferenciação mais significativa, estando associados ao incremento destes custos no todo de despesas dos estudantes.

Atividades relacionadas com o estudo

Em Portugal, de acordo com a legislação que estabelece as bases do financiamento do ensino superior [Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, alterada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto] os estudantes devem compartilhar nos custos da sua formação através do pagamento às instituições onde estão matriculados de uma taxa de frequência, designada por propina. Esta mesma legislação prevê algumas situações especiais de isenção – abrangendo estudantes carenciados e também a possibilidade de apoio por mérito escolar –, assim como define de forma explícita para o 1º ciclo e mestrados integrados os montantes máximos e mínimos de propinas que podem ser fixados pelas Instituições de ensino superior público. Atualmente, a propina máxima paga pelos estudantes do regime geral é de 1.063 euros por ano, a mínima 689 euros. A atualização destes valores, indexados ao salário mínimo nacional (SMN), normalmente é anual, e está calibrada no valor máximo pela inflação, no mínimo corresponde a 1.3 vezes o SMN; salvo quando por razões de estratégia política governamental, e em sede de Orçamento de Estado, são definidas outras orientações, como é o caso desde 2016, em que tem havido um «congelamento» do valor das propinas.



É interessante notar que apesar da margem de manobra que as instituições têm para definir os valores de propinas de 1º ciclo, na generalidade das instituições os valores praticados aproximam-se do limiar mais elevado, sendo a exceção algumas instituições politécnicas localizadas em regiões periféricas, e com maior dificuldade em captar estudantes, mas mesmo nestes casos, os valores mais baixos posicionam-se nos 900 euros/ano.

Este quadro normativo altera-se significativamente no caso dos estudantes que frequentam instituições de ensino privado e para todos que embora no público, frequentam cursos de 2º ciclo (mestrado e doutoramento), para os quais a determinação dos valores de propina é fixado de forma autónoma pelo responsável máximo de cada instituição. Nesta situação, as propinas são muito variáveis em função do prestígio da instituição e da área de oferta formativa específica. Da mesma forma, os estudantes internacionais (nos casos não abrangidos por protocolos de intercâmbio com reciprocidade) pagam propinas com valores superiores do que os estudantes nacionais, e as instituições de ensino superior possuem autonomia para decidir quais os valores a cobrar

Para além das propinas, em cada ano letivo, os estudantes pagam às instituições uma série de taxas e emolumentos relativos a diferentes atos administrativos regulares, as quais são muito variáveis entre instituições, embora com uma tendência comum de progressivo agravamento.

Num contexto de subfinanciamento estrutural do ensino superior e de intensificação da competitividade para atrair diferentes tipologias de estudantes (1º ciclo, 2º ciclo e estudantes internacionais) – cujos montantes pagos em propinas representam hoje em termos médios cerca de 35% do orçamento total do sistema de ensino superior, o Governo português na pessoa do Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, autorizou as instituições a alargar o peso relativo de estudantes internacionais, atribuindo a este segmento uma quota extra de 20% de vagas fora do contingente geral nacional definido para o par instituição/curso, a partir do ano letivo 2017-2018.

Custos com propinas

Os custos com propinas pagos pelos próprios e por outros envolvem em média 84 euros por mês, com um desvio padrão associado de 114.8 euros/mês. Estes custos tendem a ser agravados nas instituições de maior dimensão (e prestígio nacional e internacional), localizadas em centros urbanos; são também mais elevados nos cursos pós-graduados (mais especificamente de pós-graduação e mestrados), e em termos de áreas disciplinares, em Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária, Tecnologias de Informação e Comunicação e Gestão, Administração e Direito (estes últimos com oferta significativa em instituições de ensino privadas).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 88 - Despesas em propinas dos estudantes, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais(em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	4306	–
<i>n ponderados</i>	4444	–
Média	84.1	Euros
Mediana	58.3	Euros
Desvio-padrão	114.8	Euros

Quadro 89- Despesas em propinas dos estudantes por grau do programa de estudos atual, por tipo de instituição de ensino superior, por densidade populacional da localização de estudo, por área de estudo e por proveniência (nacional ou internacional) (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (Euros)	Mediana (Euros)	Desvio-padrão (Euros)
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Técnico Superior Nacional	89	136	49.6	28.7	65.4
	Licenciatura (1º ciclo do ensino superior)	2557	2739	81.6	55.0	116.1
	Mestrado (2º ciclo do ensino superior)	869	795	92.9	75.0	110.9
	Mestrado integrado	746	727	86.4	83.3	117.4
	Pós-graduação	45	47	140.4	90.3	138.7
Tipo de instituição de ensino superior	Ensino universitário	2894	2712	92.8	61.4	127.9
	Ensino politécnico	1412	1732	70.4	47.3	88.9
Densidade populacional da localização de estudo	Menos de 100.000 habitantes	1132	989	71.6	50.0	69.9
	Entre 100.001 e 300.000 habitantes	1888	2101	74.6	55.0	70.7
	Capital(Lisboa)	1286	1353	81.4	60.0	72.4
Campo de estudo	Educação	129	152	100.0	58.3	125.5
	Artes e Humanidades	460	390	67.4	43.3	89.3
	Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	692	414	85.1	56.8	105.5
	Gestão, Administração e Direito	785	1001	95.9	57.6	132.1
	Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	298	208	71.0	50.0	82.5
	Tecnologias de Informação e Comunicação	57	116	87.2	50.0	147.2
	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	615	1105	70.3	59.0	82.6
	Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	83	98	119.5	53.7	187.4
	Saúde e Bem-Estar	911	633	87.8	66.3	121.2
	Serviços	276	326	94.8	56.7	137.9
Fonte de rendimentos	Dependente da família	2900	2873	83.5	58.3	114.8
	Dependente de rendimento próprio	540	665	88.6	50.3	120.7
	Dependente de apoios públicos	346	312	56.9	30.0	57.1
	Outro	132	144	87.9	55.8	129.7
Proveniência (país)	Nacional	4155	4299	83.5	58.3	113.2
	Internacional	151	145	100.9	50.0	154.7

Do ponto de vista das condições de vida dos estudantes, os custos com propinas tendem a ser em termos médios mais elevados no segmento dos estudantes que dependem do próprio rendimento e também junto dos que dependem do rendimento da família. Como referido atrás, os custos com propinas são igualmente agravados para os estudantes internacionais que vêm para Portugal por iniciativa própria, não abrangidos por protocolos de intercâmbio com reciprocidade.

Custos com materiais de estudo

Quadro 90 - Despesas em materiais de estudo, pagas pelos estudantes e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	unidade
	Total	Total	–
<i>n não ponderados</i>	4306	4310	–
<i>n ponderados</i>	4444	4450	–
Média	5.6	3.3	Euros
Mediana	1.7	0.0	Euros
Desvio-padrão	12.0	10.0	Euros

Quadro 91- Despesas dos estudantes com outras atividades regulares, pagas pelos próprios e pagas diretamente pelos pais (em euros por mês)

	Pagas pelos próprios	Pagas pelos pais	unidade
<i>n não ponderados</i>	4306	4311	–
<i>n ponderados</i>	4444	4451	–
Média	1,3	1,4	Euros
Mediana	0,0	0,0	Euros
Desvio-padrão	7,8	11,0	Euros

Custos com materiais de estudo, e também custos com outras atividades regulares relacionadas com o estudo são relativamente residuais. A mediana destes custos não atinge sequer 2 euros/mês pagos pelos próprios estudantes, enquanto a média é de 5.6 euros/mês também pagos pelos próprios estudantes e 3.3. euros/mês pagos pelos pais.

A generalidade das Instituições de ensino superior em Portugal permite o acesso gratuito a publicações em repositório aberto (open access), bases de dados em linha e outros recursos nomeadamente equipamentos e software informáticos e Internet; para o efeito o estudante tem apenas que fazer login utilizando as credenciais de acesso a diferentes plataformas da instituição.

Totais, atividades relacionadas com o estudo

Custos totais com atividades relacionadas com o estudo estão fundamentalmente condicionados pelos valores muito elevados, sobretudo considerando os padrões de rendimentos das famílias portuguesas, das propinas.

Quadro 92- Despesas dos estudantes, custos totais com atividades de estudo (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	4306	–
<i>n ponderados</i>	4444	–
Média	96,0	Euros
Mediana	66,7	Euros
Desvio-padrão	122,4	Euros

Custos com atividades relacionadas com o estudo

O peso relativo de custos com atividades de estudo no orçamento global de despesas mensais representa em média entre 11% (Curso Técnico Superior Nacional) e 18% (Mestrado Integrado). As variações nestas percentagens estão relacionadas com o tipo de ensino frequentado (público ou privado) e o grau de ensino (curso técnico superior nacional, licenciatura, mestrado e pós-graduações).

Quadro 93- Peso relativo dos custos com atividades de estudo no montante global de despesas mensais (%)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	4306	–
<i>n ponderados</i>	4444	–
Média	16,1	%
Mediana	9,3	%
Desvio-padrão	18,9	%

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 94– Peso relativo de custos com atividades de estudo por grau do programa de estudos atual no montante orçamento global de despesas mensais (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (%)	Mediana (%)	Desvio-padrão (%)
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Técnico Superior Nacional	89	136	11,4	4,8	17,2
	Licenciatura (1º ciclo do ensino superior)	2557	2739	16,2	9,1	19,3
	Mestrado (2º ciclo do ensino superior)	869	795	14,7	8,8	15,5
	Mestrado integrado	746	727	18,3	12,9	20,7
	Pós-graduação	45	47	13,4	9,3	12,3

CAPITULO 6 Rendimentos e apoios públicos

Rendimentos gerais

A média de rendimentos dos estudantes é de 1092 euros.⁶ Para o apuramento deste valor os estudantes estimaram também as despesas intangíveis, ou seja, as que são pagas diretamente pela família e que no quadro deste indicador são incluídas como rendimentos. Tal estimativa, necessariamente grosseira, pode estar a reforçar os valores recebidos, tendo em conta a dificuldade desse cálculo por parte dos estudantes. Trata-se ainda assim de uma população a dar conta de grandes variações nos rendimentos por relação à média – veja-se o desvio padrão (877,1 euros).

Quanto ao valor global auferido pelos estudantes, no quadro das transferências diretas em dinheiro é de 670.9 euros por mês.

Quadro 95 – Rendimentos dos estudantes incluindo transferências em género (intangíveis) e rendimentos resultantes de transferências em dinheiros aos estudantes, rendimentos totais (em euros por mês)

	Total de rendimentos (incluindo intangíveis)	Total rendimentos (em transferências diretas)	unidade
<i>n não ponderados</i>	3933	3933	–
<i>n ponderados</i>	4013	4013	–
Média	1092.2	670.9	Euros
Mediana	833.8	450.0	Euros
Desvio-padrão	877.1	671.7	Euros

Nota: Na fonte de rendimentos incluem-se os rendimentos intangíveis (que se reportam às transferências em géneros ou a pagamentos realizados diretamente pelos pais).

Quadro 96 – Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais (incluindo transferências em género) – rendimentos totais (em euros por mês)

	Total	unidade
<i>n não ponderados</i>	1549	–
<i>n ponderados</i>	1767	–
Média	1201.3	Euros
Mediana	967.4	Euros
Desvio-padrão	978.1	Euros

Nota: Na fonte de rendimentos incluem-se os rendimentos intangíveis (que se reportam às transferências em géneros ou a pagamentos realizados diretamente pelos pais).

⁶ Como nota prévia ao capítulo, parece útil sublinhar que os dados aqui apresentados referentes aos rendimentos dos estudantes provêm das suas perceções declaradas no ato de preenchimento do questionário e não com base em nenhuma fonte institucional.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



A média de rendimentos fica reforçada para aqueles que vivem com a família de origem (auferindo em termos médios 1201 euros/mês). Novamente, este montante médio deve-se em parte à dificuldade que os estudantes podem ter em calcular a forma como beneficiam, por exemplo, do alojamento e da alimentação, pagas pelos pais quando ainda estão na residência da família de origem. As desigualdades entre estes estudantes, nas condições financeiras, são também muito altas (expressas no elevado valor do desvio padrão - 978.1 euros).

Quadro 97 – Rendimentos dos estudantes (incluindo transferências em género) que não vivem com os pais - rendimentos totais (em euros por mês)

	Total	unidade
n não ponderados	2384	–
n ponderados	2246	–
Média	1006.4	Euros
Mediana	764.5	Euros
Desvio-padrão	778.3	Euros

Nota: Na fonte de rendimentos incluem-se os rendimentos intangíveis (que se reportam às transferências em géneros ou a pagamentos realizados diretamente pelos pais).

Quadro 98 – Rendimentos dos estudantes (incluindo transferências em género) que não vivem com os pais - rendimentos totais por grupos etários (em euros por mês)

		n não ponderados	n ponderados	Média (euros)	Mediana (euros)	Desvio-padrão (euros)
Idade	até 21 anos	1091	890	757.4	617.0	535.1
	22 até < 25 anos	573	511	835.4	691.7	643.5
	25 até < 30 anos	249	271	998.3	828.3	667.9
	30 anos ou mais	471	575	1548.0	1320.0	965.9

Nota: Na fonte de rendimentos incluem-se os rendimentos intangíveis (que se reportam às transferências em géneros ou a pagamentos realizados diretamente pelos pais).

Se se considerar apenas aqueles que não vivem com os pais (quadro 97). Neste caso os estudantes portugueses deslocados ou em casa própria têm em média 1006.4 euros de rendimento por mês. Se atendermos ao segmento que têm até 21 anos e que estão a fazer a primeira formação no ensino superior este valor é muito mais baixo - 757.4 euros por mês.

No entanto, deve-se ler este indicador com muita cautela, pois para o cálculo do seu total, e tal como acontece com os estudantes que vivem com os pais, estão incluídos os rendimentos intangíveis, respeitantes a despesas em serviços ou bens pagos diretamente pelos pais, parceiros ou familiares em favor do próprio estudante.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 99 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais (incluindo transferências em género) dos estudantes do ensino superior (em euros por mês e %)

	Máximo rendimento (euros)	Média de rendimentos (euros)	Percentagem do rendimento total (%)	Percentagem acumulada do rendimento total (%)
1º decil	326.67	225.65	2	2
2º decil	459.00	399.52	4	6
3º decil	573.67	515.55	5	10
4º decil	700.00	632.57	6	16
5º decil	833.83	766.26	7	23
6º decil	1000.00	917.21	8	32
7º decil	1235.00	1114.35	10	42
8º decil	1563.00	1395.24	13	55
9º decil	2165.00	1843.05	17	72
10º decil	6613.33	3115.65	28	100
Total	-	-	100	-

Nota: Esta distribuição em decis foi calculada no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

Quadro 100- Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes do ensino superior (medidas de desigualdade)

Coeficiente de Gini	0.39
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	459,00
S80/S20	7.9

Nota: Estas medidas de desigualdade foram calculadas no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

Os rendimentos dos estudantes abrangidos neste inquérito dão conta de uma estrutura social nacional pautada por uma desigualdade acentuada.

A desigualdade medida através do coeficiente de Gini é relativamente alta entre os estudantes (o seu valor é de 0.39). De acordo com os dados institucionais nacionais do INE, este valor ronda os 0.34 para a população em geral. Apesar destes indicadores poderem não ser estritamente comparáveis (face à sua definição), a desigualdade parece ser mais vincada entre os estudantes.

O segmento dos 20% com mais rendimentos é 7,9 vezes mais rico do que os 20% dos mais pobres. Em termos nacionais esse valor é de 7,4 (INE, 2016).

Quadro 101 - Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que vivem com os pais (medidas de desigualdade)

Coeficiente de Gini	0.40
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	435.00
S80/S20	10.3

Nota: Estas medidas de desigualdade foram calculadas no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Entre os que vivem com a família de origem existe uma maior diversidade de condições no que respeita aos rendimentos. Todos os indicadores de desigualdade de rendimentos ficam para estes estudantes agravados: índice de Gíni =0.40; e a diferença entre os mais ricos e os mais pobres também se reforça (para 10,32).

Quadro 102- Distribuição e concentração de rendimentos mensais totais dos estudantes que não vivem com os pais (medidas de desigualdade)

Coeficiente de Gini	0.36
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	467.67
S80/S20	6.4

Nota: Estas medidas de desigualdade foram calculadas no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

Para os que não vivem com os pais, as desigualdades são menos vincadas em todos os indicadores medidos (coeficientes de desigualdade).

Quadro 103 - Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes do ensino superior (em euros e %)

	Máximo rendimento (euros)	Média de rendimentos (euros)	Percentagem do rendimento total (%)	Percentagem agregada do rendimento total (%)
1º decil	100.00	55.89	1	1
2º decil	200.00	141.54	2	3
3º decil	300.00	254.35	4	7
4º decil	480.00	392.39	6	13
5º decil	580.00	521.44	8	21
6º decil	685.00	621.03	9	30
7º decil	800.00	737.51	11	42
8º decil	1000.00	899.84	14	55
9º decil	1250.00	1100.57	17	72
10º decil	4590.00	1822.61	28	100
Total	-	-	100	-

Nota: Estas medidas de desigualdade foram calculadas no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 104 - Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes (medidas de desigualdade)

Coeficiente de Gini	0.41
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	200.00
S80/S20	14.8

Nota: Estas medidas de desigualdade foram calculadas no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

No que respeita à distribuição dos rendimentos próprios dos estudantes, verifica-se uma grande disparidade de situações. Tanto a distribuição em decis como o coeficiente de GINI refletem uma enorme desigualdade neste segmento. Os 20% dos mais ricos têm quase 15 vezes mais rendimentos do que os 20% dos mais desfavorecidos.

Quadro 105- Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes que vivem com os pais (medidas de desigualdade)

Coeficiente de Gini	0.40
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	150.00
S80/S20	13.8

Nota: Estas medidas de desigualdade foram calculadas no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

Quadro 106 - Distribuição e concentração de rendimentos próprios mensais dos estudantes que não vivem com os pais (medidas de desigualdade)

Coeficiente de Gini	0.40
Rendimento dos 20% mais pobres/com menos rendimentos	200.00
S80/S20	14.7

Nota: Estas medidas de desigualdade foram calculadas no quadro da coordenação europeia EUROSTUDENT a partir da definição do indicador e dos dados reportados pela equipa portuguesa.

No segmento dos que vivem com os pais, observa-se o mesmo padrão de desigualdade de rendimentos que no conjunto de estudantes com rendimentos próprios. O segmento dos que não vivem com os pais, embora ligeiramente menos, apresenta também níveis de desigualdade muito equivalentes ao total dos estudantes do ensino superior.

Fontes de rendimentos dos estudantes

Uma caracterização das condições de vida dos estudantes do ensino superior mais completa decorre, em boa medida, da possibilidade de se analisar o volume e as fontes de rendimentos de que dispõem. Mais especificamente, o que se pretende é aferir como se conjugam os recursos económicos e financeiros, quer no que respeita à diversidade de fontes, quer em relação aos montantes de rendimentos para fazerem face à sua condição de estudante.

Quadro 107– Rendimentos dos estudantes por fonte de rendimento (incluindo transferências em género) (em euros por mês)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (euros)	Mediana (euros)	Desvio-padrão (euros)
Fonte de rendimentos	Família	3933	4013	777.6	563.3	828.7
	Apoios públicos aos estudantes	3933	4013	66.7	0.0	143.0
	Rendimentos próprios do trabalho atual ou anterior	3933	4013	223.7	0.0	440.1
	Fontes não nacionais	3933	4013	4.7	0.0	62.1
	Outras fontes de rendimentos	3933	4013	19.5	0.0	107.5

Nota: Na fonte de rendimentos incluem-se os rendimentos intangíveis (que se reportam às transferências em géneros ou a pagamentos realizados diretamente pelos pais). Por *família* entende-se os pais, o cônjuge e outros familiares diretos.

Para o conjunto dos estudantes, a família é a principal fonte de rendimentos. O montante que auferem é, em média, 777.6 euros mensais. A importância desta fonte tem sido muito assinalada em *rounds* anteriores do EUROSTUDENT para os estudantes portugueses (Martins e outros, 2005 e 2008). Segue-se a esta os rendimentos do trabalho anterior ou atual (223.7 euros) e, com alguma distância em termos de valores médios, o Estado (66.7 euros).

Quadro 108– Percentagem média de rendimentos que cada tipo de fonte de rendimento representa na média total de rendimentos (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (%)
Fonte de rendimentos	Família	3933	4013	71,2
	Apoios públicos aos estudantes	3933	4013	6,1
	Rendimentos próprios do trabalho atual ou anterior	3933	4013	20,5
	Fontes não nacionais	3933	4013	0,4
	Outras fontes de rendimentos	3933	4013	1,8

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Os rendimentos da família traduzem-se em mais de 70% dos rendimentos médios dos estudantes portugueses. Esta percentagem está muito alinhada, como já se referiu, com estudos anteriores (Martins e outros, 2005 e 2008), o que confere consistência aos dados e reforça a análise de uma difícil trajetória de autonomização dos estudantes. Tal tem sido também reforçado por outros estudos, nomeadamente para os estudantes económica e socialmente mais desfavorecidos, com as dinâmicas de relação com o mercado de mercado e a idade destes estudantes, sendo mais relevante para os estudantes mais jovens (Cobb-Clark, 2012, Schneider, 2000).

Embora muito menos, os rendimentos provenientes do trabalho representam cerca de 20% do total de rendimentos. O contributo do estado ronda os 6% e as outras fontes são relativamente residuais.

Quadro 109- Rendimentos dos estudantes, rendimento médio proveniente da família (excluindo pagamentos indiretos de bens ou serviços) (em euros por mês)

		n não ponderados	n ponderados	Média (euros)
Fonte de rendimentos	Família (excluindo pagamentos indiretos de bens e serviços)	3933	4013	356.2
	Trabalho atual	3933	4013	183.0
	Provenientes do Estado (não reembolsáveis)	3933	4013	62.5

Se tivermos em conta apenas os rendimentos provenientes da família, excluindo pagamentos indiretos de bens ou serviços (e que não passam pelo estudante), a média auferida é de 356.2 euros. A fonte do trabalho atual é também relevante - 183 euros. Se atendermos aos rendimentos provenientes do estado (não reembolsáveis), os montantes são em média de 62.5 euros mensais, muitas das vezes usados para o pagamento de propinas à instituição que frequentam.

Quadro 110- Rendimentos dos estudantes, dependência em relação à fonte de rendimentos (%)

	(%)	(n)
<i>n não ponderados</i>	–	3918
<i>n ponderados</i>	–	3994
Dependente da família	71,9	2873
Dependente de rendimento próprio	16,7	665
Dependente de apoios públicos aos estudantes	7,8	312
Outro	3,6	144

Nota: Entende-se por rendimentos da família os pais, cônjuge ou outros familiares diretos.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Em consonância com os dados apresentados anteriormente, mais de dois terços dos estudantes dão conta que a principal fonte de rendimentos, para fazer face às suas despesas, é a família (71,9%). Os rendimentos próprios (nomeadamente os provenientes do trabalho) são a segunda fonte de rendimentos de que os estudantes mais dependem, mas muito distantes dos da família. Do Estado dependem 7,8% dos estudantes (quadro 110).

A dependência face aos rendimentos da família é menor no caso dos estudantes com pais pouco escolarizados. Os estudantes que têm uma atividade remunerada e os estudantes estrangeiros dependem menos da família e mais dos rendimentos do trabalho (quadro 111).

Quadro 111 - Rendimentos dos estudantes, dependência em relação à fonte de rendimentos por grau de escolaridade dos pais, exercício de atividade económica e por proveniência educativa/académica (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Dependente da família (%)	Dependente de rendimento próprio (%)	Dependente de apoios públicos (%)	Outro (%)
Escolaridade dos pais	Pais com ensino superior	2535	2594	66,0	19,4	10,2	4,4
	Pais sem ensino superior	1329	1336	84,1	10,9	2,7	2,3
	Não sabe	22	30	62,4	17,2	20,3	0,0
Atividade económica	0h	2801	2671	84,7	2,2	10,5	2,6
	1-20h por semana	391	432	70,0	16,2	4,9	8,8
	>20h por semana	708	871	34,4	60,4	1,2	3,9
Proveniência académica	Estudantes Nacionais	3783	3867	72,2	16,2	8,0	3,6
	Estudantes internacionais	135	127	63,1	30,2	1,1	5,6

Os rendimentos provenientes da família e do trabalho

Praticamente todos os estudantes são destinatários de rendimentos das suas famílias (90,1%). Este valor é relativamente inferior para aqueles que revelam maiores atrasos nas suas trajetórias escolares de entrada no ensino superior (81,3%). Por outro lado, os que vivem com os pais reforçam a percentagem daqueles que são abrangidos pelos rendimentos provenientes das famílias, bem como os filhos de pais mais qualificados.

Como seria de esperar, os que vivem com os pais são quase todos eles beneficiários de apoios familiares (95,7%).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Apesar de a família continuar a ser muito relevante também para os estudantes portugueses que não vivem com os pais, o segmento apoiado pela família é menor que os estudantes com outra forma de residência.

Quadro 112- Estudantes destinatários dos rendimentos provenientes da família (%)

	(%)	(n)
<i>n não ponderados</i>	–	4236
<i>n ponderados</i>	–	4363
Estudantes destinatários de rendimentos das suas famílias	90,1	3930
Estudantes que não são destinatários de rendimentos das suas famílias	9,9	433

Quadro 113- Estudantes destinatários dos rendimentos provenientes da família por contexto de residência, trajetórias escolares e escolaridade dos pais (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Estudantes destinatários de rendimentos das suas famílias (%)	Estudantes que não são destinatários de rendimentos das suas famílias (%)
Contexto de residência	Estudantes que vivem com os pais	1756	2019	95,7	4,3
	Estudantes que não vivem com os pais	2480	2344	85,2	14,8
Trajetórias escolares de acesso ao ensino superior	Diretas	3638	3600	91,9	8,1
	Com atraso/indiretas	598	763	81,3	18,7
Escolaridade dos pais	Pais com ensino superior	2712	2798	87,8	12,2
	Pais sem ensino superior	1466	1496	94,9	5,1
	Não sabe	24	33	78,2	21,8

O quadro 113 evidencia que mesmo para estudantes com características mais propensas ao início de processos de uma maior autonomização face à família de origem, quer por via das condições de partida mais desfavoráveis, quer pela transição para um novo contexto de residência, continuam em grande medida a ter algum de apoio familiar.

Mesmo para os estudantes que já não vivem com os pais, os indicadores aqui presentes evidenciam a importância da família. Num total médio de rendimentos auferido pelos estudantes de 1030.1, a família contribui em média com 748.0 euros, significando 74,2%.

Uma boa parte dos estudantes do ensino superior recebem proventos por via indireta (424 euros em média) - pagamentos de bens e serviços que não passam pela sua gestão direta.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Representam 81,7% os que auferem deste tipo de benefícios indiretos, os quais se traduzem, em média, em 518.8 euros mensais.

Como seria de esperar, este benefício é mais alto para aqueles que vivem com os pais (90,6%), para os que não vivem significa 74.1%, refletindo o ato de neste segmento haver alguma presença de estudantes mais autossuficientes (dependentes de rendimentos próprios, de trabalho).

Quadro 114 - Rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total (em euros por mês e %)

	Rendimento total	Rendimento obtido através do trabalho	Percentagem do rendimento do trabalho em relação ao rendimento total
<i>n não ponderados</i>	1125	1125	–
<i>n ponderados</i>	1334	1334	–
	(euros)	(euros)	(%)
Média	1330.5	550.3	44,8
Mediana	1100.0	500.0	39,0
Desvio-padrão	883.7	534.8	36,9

Os estudantes com atividade remunerada auferem em média 1330.5 euros de rendimentos mensal (o rendimento médio do trabalho é de 550.3 euros).

Quadro 115- Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais – Rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total (em euros por mês e %)

	Rendimento total	Rendimento obtido através do trabalho	Percentagem do rendimento do trabalho em relação ao rendimento total
<i>n não ponderados</i>	428	428	–
<i>n ponderados</i>	527	527	–
	(euros)	(euros)	(%)
Média	1314.5	383.2	35,4
Mediana	1103.0	340.7	27,2
Desvio-padrão	879.0	357.7	33,5

A média de rendimentos entre os que vivem com os pais e têm uma atividade remunerada é de 1314.5 euros mensais, considerando também, através de uma estimativa dos estudantes, os seus rendimentos indiretos, o que se pode traduzir no aumento deste valor. O rendimento obtido através do trabalho remunerado é em média 383.2 euros por mês. Para estes estudantes os rendimentos provenientes do trabalho significam 35,4% dos rendimentos totais.



Quadro 116 - Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais - Rendimento total dos estudantes que trabalham, rendimento obtido através do trabalho e percentagem do rendimento obtido através do trabalho no rendimento total

	Rendimento total	Rendimento obtido através do trabalho	Percentagem do rendimento do trabalho em relação ao rendimento total
<i>n não ponderados</i>	697	697	–
<i>n ponderados</i>	808	808	–
	(euros)	(euros)	(%)
Média	1341.0	659.3	50,9
Mediana	1063.7	610.0	49,1
Desvio-padrão	887.2	599.4	37,7

A média de rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais e têm uma atividade remunerada é de 1341 euros mensais, considerando também, através de uma estimativa dos estudantes, os seus rendimentos indiretos, o que se pode traduzir no aumento deste valor. O rendimento obtido através do trabalho remunerado é em média 659.3 euros por mês. Para estes estudantes os rendimentos provenientes do trabalho significam 50,9% dos rendimentos totais. Valores mais relevantes para estes estudantes do que para os que ainda vivem com os pais.

Apoios públicos do Estado

De acordo com os resultados deste estudo 30,1% dos estudantes declara que recebe rendimentos transferidos diretamente do estado para apoiar a sua condição de estudante. Dado estarmos em presença de declarações de uma amostra de estudantes inquiridos, e não de dados administrativos, os valores obtidos devem ser entendidos dentro de um quadro representacional e de perceções recolhidas num âmbito de uma operação de inquérito. A tendência parece ser para uma certa estabilização face à percentagem de beneficiários apurados na anterior aplicação do Inquérito às Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior (Martins e outros, 2007), e de crescimento face à primeira iniciativa nacional de implementação deste projeto em Portugal (Martins e outros, 2005).

Quadro 117 - Estudantes que declaram receber rendimentos diretamente do Estado (%)

	(%)	(n)
<i>n não ponderados</i>	-	3933
<i>n ponderados</i>	-	4013
Beneficiários	30,1	1208
Não-beneficiários	69,9	2804

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Os estudantes do ensino superior em Portugal podem ser beneficiários de bolsas atribuídas pelos serviços de ação social tendo em conta a situação económica dos seus agregados familiares (Despacho nº 5404/2017, de 21 de junho).

Para além destas, existem as bolsas de estudo por mérito que são atribuídas pelos estabelecimentos de Ensino Superior Público e Privado, aos estudantes com aproveitamento excecional, independentemente dos seus rendimentos, de acordo com o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo por Mérito a Estudantes de Instituições de Ensino Superior.

Outras, de carácter mais específico, são as Bolsas de Estudo para Frequência no Ensino Superior de Estudantes com incapacidade igual ou superior a 60%, de acordo com o qual os estudantes elegíveis podem solicitar a concessão de uma bolsa de estudo correspondente ao valor da propina efetivamente paga.

No âmbito dos apoios reembolsáveis, existe ainda o Sistema de Empréstimos com Garantia Mútua, definido através do Decreto-Lei N.º 309-A/2007, mas que neste momento se encontra suspenso.

Existem dois programas de apoio à formação no ensino superior. O Programa Retomar que serve de incentivo para quem abandonou encontrar condições de voltar ao sistema de ensino superior e o Programa +Superior, que procura contribuir para a coesão territorial através da fixação de jovens e tem em vista uma melhor concretização das metas do Portugal 2020 relativamente ao número de jovens com ensino superior. O apoio atribuído aos estudantes no quadro deste programa consubstancia-se no bolsa de mobilidade no território nacional para fins de desenvolvimento de um programa de estudos no ensino superior.

Para além destes apoios existem ainda as residências apoiadas direcionadas para os estudantes do ensino superior.

Quadro 118 - Estudantes beneficiários de apoios públicos e avaliação das suas dificuldades financeiras (%)

	<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Estudantes beneficiários de apoios públicos	Estudantes que não são beneficiários de apoios públicos
			(%)	(%)
Estudantes com dificuldades financeiras	1045	1067	41,5	58,5
Estudantes sem dificuldades financeiras	1457	1518	16,3	83,7

Cerca de 30% dos estudantes do ensino superior são beneficiários diretos de apoios públicos do Estado. Para os estudantes que dão conta que vivem com dificuldades

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



financeiras, esta percentagem sobe para 41,5%, enquanto para os outros essa percentagem fica reduzida a 16,3%.

Quadro 119 – Rendimentos dos estudantes e apoios públicos (em euros por mês)

	Rendimentos dos estudantes que recebem apoios públicos	Apoios públicos aos estudantes	unidade
<i>n não ponderados</i>	1289	1289	
<i>n ponderados</i>	1208	1208	
Média	857.2	221.6	Euros
Mediana	660.1	170.0	Euros
Desvio-padrão	633.6	183.4	Euros

A média de rendimentos dos estudantes que recebem apoios do estado é de 857.2 euros por mês e esse apoio, em específico, é em média de 221.6 euros. Reforçar alguns cuidados analíticos no que respeita ao valor dos 857.2 euros por mês, pois estes incluem, através de uma estimativa dos estudantes, os seus rendimentos indiretos, o que pode traduzir-se no reforço deste valor.

No segmento dos estudantes que vivem com os pais, a percentagem daqueles que são apoiados pelo estado diminui um pouco face ao conjunto dos estudantes (28,6%).

Quadro 120 – Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais e que recebem apoios públicos (em euros por mês)

	Rendimentos dos estudantes que vivem com os pais e que recebem apoios públicos	Apoios públicos aos estudantes	unidade
<i>n não ponderados</i>	456	456	–
<i>n ponderados</i>	505	505	–
Média	1047.0	225.2	Euros
Mediana	929.2	140.0	Euros
Desvio-padrão	720.2	213.5	Euros

A média de rendimentos entre os que vivem com os pais e que recebem apoios do estado é de 1047 euros, considerando também, através de uma estimativa dos estudantes, os seus rendimentos indiretos (pagamentos indiretos de alojamento, alimentação, etc.), o que se pode traduzir no aumento deste valor. Os apoios públicos resultam numa média de 225.2 euros.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 121 – Estudantes do ensino superior que não vivem com os pais e que declararam receber apoios públicos do Estado (%)

	(%)	(n)
<i>n não ponderados</i>	-	2384
<i>n ponderados</i>	-	2246
Beneficiários	31,3	703
Não-beneficiários	68,7	1543

No seguimento da leitura do quadro 121, 31,3% dos estudantes do ensino superior que não vivem com os pais declararam receber apoios públicos diretos do estado. Esta percentagem é muito equivalente à verificada no conjunto dos estudantes do ensino superior.

Quadro 122 – Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais e que recebem apoios públicos aos estudantes (em euros por mês)

	Rendimentos dos estudantes que não vivem com os pais e que recebem apoios públicos	Apoios públicos aos estudantes	unidade
<i>n não ponderados</i>	833	833	
<i>n ponderados</i>	703	703	
Média	720.9	219.0	Euros
Mediana	569.0	177.0	Euros
Desvio-padrão	522.8	158.3	Euros

A média de rendimentos entre os que não vivem com os pais e que recebem apoios do estado é de 720.9 euros mensais, considerando também, através de uma estimativa dos estudantes, os seus rendimentos indiretos (pagamentos indiretos de alojamento, alimentação, etc.), o que se pode traduzir no aumento deste valor. Os apoios públicos resultam numa média mensal de 219.0 euros.

Quadro 123 - Beneficiários de apoios públicos aos estudantes segundo o nível de escolaridade mais alto entre os pais (%)

	Nível de escolaridade mais alto dos pais		Não sabe
	Sem ensino superior	Com ensino superior	
<i>n não ponderados</i>	2546	1332	22
<i>n ponderados</i>	2609	1338	30
	(%)	(%)	(%)
Beneficiários de apoios públicos aos estudantes	39,0	12,3	38,6
Não-beneficiários de apoios públicos aos estudantes	61,0	87,7	61,4



A pouca escolaridade dos pais pode indiciar origens sociais mais desfavorecidas e mais limitadas nas possibilidades de obtenção de rendimentos. A incidência de apoios do Estado entre os alunos cujos pais têm menos qualificações, pode ser uma expressão de alguma equidade na atribuição desses apoios – os filhos de pais com o ensino superior a receberem este tipo de rendimento é um terço dos restantes (quadro 123).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



CAPÍTULO 7 Emprego e orçamento de tempos

A forma como os estudantes usam o o seu tempo é uma dimensão muito importante para a análise das suas condições de vida e de estudo.

Os estudantes portugueses dedicam, em media, cerca de 48.6 horas do seu tempo semanal a atividades letivas e estudo pessoal e trabalho remunerado (o valor da mediana é 48 horas/semana), com uma dispersão associada de 17.6 horas. Trata-se aqui de um conjunto muito diversificados de atividades com um peso muito substancial na vida dos estudantes.

Quadro 124 –Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades letivas e estudo pessoal e trabalho remunerado (em horas por semana)

	Todos os estudantes	unidade
<i>n não ponderados</i>	2815	–
<i>n ponderados</i>	2978	–
Média	48.6	Horas
Mediana	48.0	Horas
Desvio-padrão	17.6	Horas

A análise por segmentos específicos destaca o forte investimento de tempo, sobretudo do segmento dependente de rendimentos próprios (média e mediana 63 horas/semana), num protagonismo explicado pelo facto de a maioria ter um envolvimento na atividade económica a tempo integral.

Quadro 125 –Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades letivas e estudo pessoal e trabalho remunerado por fonte de rendimento (em horas por semana)

	Dependente da família horas	Dependente de rendimento próprio horas	Dependente de apoio público aos estudantes horas	Outro horas
<i>n não ponderados</i>	1783	375	206	91
<i>n ponderados</i>	1811	463	195	103
Média	46.2	62.5	44.5	50.8
Mediana	45.0	63.0	43.0	52.4
Desvio-padrão	1783	375	206	91

No total dos estudantes, o tempo semanal dedicado a atividades letivas e estudo autónomo apresenta alguma variação, nomeadamente em função de características ligadas à área de estudos e tipo de qualificação, e também à condição económica e principal fonte de rendimentos.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Os estudantes inscritos em cursos de mestrado integrado, durante o período de aulas, dedicam em média 44.3 horas em atividades relacionadas com o estudo (mais 11 horas, em média, do que os seus colegas inscritos em cursos mestrado isolados). No que concerne à área de estudos, os estudantes com maior dedicação de tempo em atividades relacionadas com o estudo são de saúde e proteção social (média 48.1 h; mediana 49.h, com desvio padrão associado de 16.2h). Ainda tomando como foco a área de educação/formação, os estudantes que declaram menos horas de dedicação a estas atividades frequentam cursos das áreas de gestão, administração e direito e das áreas de serviços (33.5h e 34.7h, respetivamente). A intensidade da dedicação ao estudo é outro fator significativo na variação do tempo semanal dedicado a atividade de estudo. O envolvimento na atividade laboral e a dependência face a rendimentos próprios (de trabalho) contribuem também, muito significativamente, para diminuir o tempo dedicado a atividades de estudo.

Quadro 126 –Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a atividades relacionadas com o estudo por tipo de qualificação e por área de estudo (em horas por semana)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Média (horas)	Mediana (horas)	Desvio-padrão (horas)
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Técnico Superior Nacional	64	98	40.7	38.8	17.1
	Licenciatura (1º ciclo do ensino superior)	1677	1827	38.7	37.0	14.4
	Mestrado (2º ciclo do ensino superior)	604	567	33.1	31.0	16.5
	Mestrado integrado	446	463	44.3	44.0	14.6
	Pós-graduação	32	33	19.8	16.3	13.8
Área de estudo (CITE 2013)	Educação	87	102	39.9	38.0	14.5
	Artes e Humanidades	304	265	38.6	38.0	13.8
	Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	449	269	35.6	35.0	14.4
	Gestão, Administração e Direito	535	700	33.5	32.0	13.6
	Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	191	133	44.0	44.0	16.8
	Tecnologias de Informação e Comunicação	47	98	41.9	40.0	16.5
	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	421	754	38.4	38.0	14.9
	Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	54	67	37.5	36.0	16.2
	Saúde e Bem-Estar	554	385	48.1	49.5	16.2
Serviços	181	217	34.7	31.4	13.9	

No todo de estudantes 83,5% do total de tempo é dedicado a atividades relacionadas com estudo. Dando conta da prevalência de “estudantes a tempo inteiro”, ou seja, que não conciliam estudo e trabalho, a mediana da distribuição é 100% de dedicação

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



a atividades relacionadas com o estudo, registando uma dispersão significativa de 26,1%.

Quadro 127 –Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo do estudantes do ensino superior (%)

	Todos os estudantes	unidade
<i>n não ponderados</i>	2815	
<i>n ponderados</i>	2978	
Média	83,5	%
Mediana	100,0	%
Desvio-padrão	26,1	%

A análise do peso relativo das atividades relacionadas com o estudo no orçamento global de tempo durante a semana em período letivo (em horas), confirma padrões já assinalados atrás: estudantes de cursos de mestrado, estudantes de Gestão, administração e direito, estudantes economicamente ativos e com uma maior dependência face aos rendimentos próprios (de trabalho), em termos relativos, têm a sua agenda mais segmentada entre atividades de estudo e atividades de trabalho e outras.

A categorização do peso relativo das atividades de estudo no orçamento global de tempo permite reforçar a presença muito significativa que as atividades de educação ocupam quotidiano dos estudantes: 71,8% afetam entre 76% a 100% do seu tempo semanal a estas atividades, sendo residuais os que dedicam entre 0 a 25% (3,5%).

Quadro 128 – Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo do estudantes do ensino superior (categorizado) (%)

	Dependente da família horas (%)	Dependente de rendimento próprio horas (n)
<i>n não ponderados</i>	2815	2815
<i>n ponderados</i>	2978	2978
0-25%	3,5	105
26-50%	15,2	451
51-75%	9,5	283
76%-100%	71,8	2139

As variações relativas a este indicador por grupos focais seguem, no essencial, tendências já assinaladas nos indicadores anteriores. Apenas na análise por área de educação/formação os estudantes inscritos em cursos de saúde e proteção social ainda que reforcem o peso relativo da categoria 76% a 100% de tempo semanal nas

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



atividades de estudo (82,4% estão posicionados nesta categoria), são apesar disso ultrapassados no esforço pelos estudantes de Ciências Naturais, Matemática e Estatística (entre os quais 86,4% dedicam entre 76% a 100% do orçamento global de tempo em atividades relacionadas com o estudo). Outro segmento que se destaca na forte dedicação a estas atividades, como assinalado antes, é o dos estudantes que dependem de apoios públicos diretos (93,0% estão posicionados na categoria que acolhe os “estudantes a tempo inteiro”). De assinalar ainda que sensivelmente 2/3 dos estudantes com um envolvimento mais intenso na atividade económica (>20h/semana) afetam 26% a 50% do orçamento global de tempo nas atividades académicas.

Quadro 129 – Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo do estudantes do ensino superior (categorizado) por fonte de rendimento (de que se está dependente) (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	0-25%	26-50%	51-75%	76-100%
Fonte de rendimentos	Dependente da família	1783	1811	1,8	7,5	7,8	82,8
	Dependente de rendimento próprio	375	463	12,9	52,1	22,4	12,6
	Dependente de apoio público aos estudantes	206	195	0,0	3,3	3,8	93,0
	Outro	91	103	4,0	21,0	12,1	62,9

Quadro 130 – Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo representam no orçamento global de tempo do estudantes do ensino superior (categorizado) por área de estudo (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	0-25%	26-50%	51-75%	76-100%
Área de estudo (CITE 2013)	Educação	86	101	2,0	13,9	19,2	64,9
	Artes e Humanidades	304	265	1,9	6,2	8,7	83,2
	Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	446	267	3,9	14,8	7,1	74,2
	Gestão, Administração e Direito	534	699	5,6	27,2	9,7	57,6
	Ciências Naturais, Matemática e Estatísticas	191	133	5,0	0,9	7,6	86,4
	Tecnologias de Informação e Comunicação	46	95	0,0	29,0	8,2	62,9
	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	420	752	3,5	12,2	9,1	75,2
	Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	53	66	3,8	14,6	12,0	69,6
	Saúde e Bem-Estar	554	385	0,9	8,9	7,9	82,4
	Serviços	181	217	4,6	12,4	13,6	69,4

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 131 – Peso relativo que as atividades relacionadas com o estudo no orçamento global de tempo do estudantes do ensino superior (categorizado) por intensidade de envolvimento em atividade económica (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	0-25%	26-50%	51-75%	76%-100%
Atividade económica	0h	1970	1960	0,0	0,0	0,0	100,0
	1-20h por semana	299	341	0,0	4,2	43,2	52,6
	>20h por semana	546	677	15,5	64,5	19,9	0,0

Refletindo a pouca expressão de estudantes que conciliam atividades de estudo e de trabalho, no todo de estudantes (incluindo estudantes que não exercem qualquer atividade económica), a mediana da distribuição relativa ao número de horas dedicadas a trabalho remunerado é de 0 horas/semana; sendo a média 8.8 horas, com um desvio padrão associado de 15.7 horas.

Quadro 132 – Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) (em horas semanais)

	Todos os estudantes	unidade
<i>n não ponderados</i>	4862	–
<i>n ponderados</i>	5033	–
Média	8.8	Horas
Mediana	0.0	Horas
Desvio-padrão	15.7	Horas

A análise deste indicador segundo o estatuto formal de tempo de afetação aos estudos permite observar que no segmento relativo aos estudantes a tempo parcial a mediana passa a 36.0 horas semana, enquanto a média é de 29,9 horas, com uma dispersão associada ainda muito expressiva de 16.9 horas. A mesma tendência é ainda reforçada no segmento de estudantes com dedicação ao trabalho acima das 20h/semana (entre os quais a mediana recai nas 40h/semana, e a média nas 38.5 horas. A análise focada neste segmento de trabalhadores em função das motivações para o exercício de uma atividade económica, permite observar que os que identificam como motivação o facto de que “não teriam condições de sustentar os estudos caso não trabalhassem” e os “têm outros a seu cargo” correspondem aos que mais reforçam as horas dedicadas ao trabalho, quer considerando a mediana (40h) quer a média (34.7h e 36.8h, respetivamente). No todo representam 52.9% os que consideram tempo dedicado aos estudos adequado. Entre os estudantes com uma afetação a atividades de trabalho (>20h/semana), 51,3% gostaria de poder investir mais tempo nas atividades educativas e 34.9% considera o tempo que dedica atualmente adequado.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 133 – Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) segundo o estatuto formal de tempo de afetação aos estudos (em horas semanais)

	Estudantes a tempo inteiro	Estudantes a tempo parcial
<i>n não ponderados</i>	4032	697
<i>n ponderados</i>	3991	834
Média	4.4	29.9
Mediana	0.0	36.0
Desvio-padrão	11.1	16.9

Quadro 134 – Tempo que os estudantes do ensino superior dedicam a trabalho remunerado (incluindo os estudantes que não trabalham) por intensidade de envolvimento em atividade económica (em horas semanais)

	Atividade económica		
	0h	1-20h por semana	>20h por semana
<i>n não ponderados</i>	3608	450	804
<i>n ponderados</i>	3531	505	997
Média	0.0	11.9	38.5
Mediana	0.0	12.0	40.0
Desvio-padrão	0.0	6.0	7.6

Os estudantes a tempo inteiro estão satisfeitos com a sua situação de inatividade económica (100% não alteraria essa condição mesmo que pudesse). No segmento de estudantes com dedicação pontual ou parcial ao trabalho (1 a 20h/semana) e que exercem uma atividade relacionada com a área de estudos, 39.5% gostaria de poder despende mais horas em trabalho remunerado e 18.5% gostaria de despende menos; representando 41.9% os que gostariam de manter a situação atual. Entre os que dedicam >20horas, aumenta o peso percentual dos que manteriam a sua condição atual (46,5%) e aumenta também os que gostariam de trabalhar menos horas (38,8%).

Quadro 135 – Estudantes que gostariam de dispende mais tempo com os estudos no segmento de estudantes que exercem algum tipo de atividade económica durante o período letivo em áreas relacionadas com os estudos (%)

	1-20h por semana (%)	>20h por semana (%)
<i>n não ponderados</i>	148	463
<i>n ponderados</i>	180	606
Menos	18,5	38,8
A mesma	41,9	46,5
Mais	39,5	14,7

Nota: Foi perguntado aos estudantes se gostariam de dispende mais tempo em atividades relacionadas com o estudo

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 136 – Estudantes que gostariam de dispender mais tempo com os estudos no segmento de estudantes que exercem algum tipo de atividade económica durante o período letivo em áreas não relacionadas com os estudos (%)

	1-20h por semana (%)	>20h por semana (%)
<i>n não ponderados</i>	244	241
<i>n ponderados</i>	256	260
Menos	17,9	50,6
A mesma	49,4	36,1
Mais	32,7	13,3

Nota: Foi perguntado aos estudantes se gostariam de dispender mais tempo em atividades relacionadas com o estudo

Este indicador reporta o grau de satisfação com a organização do tempo semanal do segmento de estudantes que exercem algum tipo de atividade económica durante o período letivo em áreas não diretamente relacionadas com os estudos, e segue em linha com o anterior, embora reforçando o peso relativo de insatisfação dos que gostariam de dedicar menos horas à atividade laboral no segmento de trabalhadores com uma dedicação ao trabalho superior a 20h/semana.

Quadro 137- Estudantes do ensino superior por condição perante a atividade económica ao longo do período letivo (%)

	Neste semestre exerce alguma atividade remunerada? (%)	Neste semestre exerce alguma atividade remunerada? (N)
<i>n não ponderados</i>	–	4884
<i>n ponderados</i>	–	5056
Sim, trabalho regularmente durante todo o período letivo	22,3	1129
Sim, trabalho ocasionalmente durante o período letivo	8,0	405
Não, não trabalho no período letivo	69,7	3522

Em Portugal qualquer estudante com envolvimento laboral com duração igual ou superior a seis meses pode solicitar no início de cada ano letivo a atribuição do estatuto de trabalhador-estudante (Art.º 39º do Código de Trabalho). Este estatuto define regras específicas relacionadas com a conciliação das atividades de estudo e de trabalho, nomeadamente a possibilidade de dispensa de trabalho para frequência de aulas e prestação de provas de avaliação. A renovação deste estatuto uma vez concluído o 1.º ano escolar está dependente do aproveitamento escolar no ano anterior. Frequentemente, estes estudantes são orientados para a frequência do plano de estudo em regime de tempo parcial, o que permite atenuar o esforço investido para obter aproveitamento e ao mesmo tempo permite ao estudante usufruir de um desconto significativo nas propinas. Alguns estabelecimentos têm oferta de ensino em regime pós-laboral, esta oferta, contudo não abrange todo o



sistema, nem todos os cursos, sendo um fator limitativo da possibilidade de conciliação entre estudo e trabalho.

Em Portugal o peso relativo de estudantes que acumulam atividades de estudo e de trabalho mantem-se minoritário: envolve cerca de 30% dos estudantes, dos quais 22.3% exercem a atividade durante o período letivo e 8% pontualmente.

O envolvimento dos estudantes e trabalho remunerado durante o período letivo está significativamente relacionado com a intensidade de tempo dedicado estudo. No plano sociodemográfico, a atividade económica aumenta significativamente com a idade e é também ligeiramente mais elevada no segmento masculino. Os estudantes com pais sem escolaridade superior, e que frequentam Instituições de ensino politécnico são mais propensos a um maior envolvimento laboral.

No geral, 86% dos estudantes que têm como principal fonte de rendimento o trabalho exercem uma atividade durante o período letivo; esta percentagem desce para 12.4% no segmento que tem como principal fonte de rendimento a família e é apenas de 5.2% no caso dos estudantes bolseiros, o que não é alheio ao facto de os rendimentos próprios (de trabalho) mesmo que pontuais serem considerados na determinação da atribuição, ou não, de bolsa da ação social.

O exercício de trabalho remunerado no período de férias envolve em termos médios, sensivelmente 43.6% do todo de estudantes; 25% no segmento de "estudantes a tempo inteiro" durante o período letivo e entre 82,8% a 88,1% no caso dos que declaram exercer algum tipo de atividade durante o período letivo.

Quadro 138- Estudantes do ensino superior segundo média de tempo médio passado por semana no local de trabalho ao longo do período letivo

	Total	unidade
n não ponderados	907	
n ponderados	1111	
Média	34.7	horas
Mediana	40.0	horas
Desvio-padrão	11.9	horas

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 139- Estudantes do ensino superior segundo tempo médio passado por semana no local de trabalho ao longo do período letivo

	Tempo passado no local de trabalho por semana (%)	Tempo passado no local de trabalho por semana (n)
n não ponderados	–	907
n ponderados	–	1111
0h	0,0	0
1-5h	1,4	16
6-10h	4,5	50
11-15h	3,3	36
16-20h	9,4	104
>20h	81,4	905

Embora o peso de estudantes que declaram trabalhar durante o e período letivo seja relativamente modesto, constata-se que a esmagadora maioria do segmento que concilia estudos e trabalho tem um envolvimento na atividade laboral muito intenso (81.4% trabalha >20 horas/semana), tendo pouca expressão estatística o peso de estudantes que trabalham a tempo parcial.

Este quadro evidencia assim a prevalência de experiências de dissociação entre atividades de estudo e trabalho, já evidenciada em anteriores processos de inquirição no âmbito do Projeto Eurostudent.

Quadro 140 – Razões para o exercício de atividade remunerada (%)

	Fazer face às despesas de manutenção	Adquirir experiência no mercado de trabalho	Sustentar os estudos	Apoiar financeiramente outros (familiares)
<i>n não ponderados</i>	1281	1281	1281	1281
<i>n ponderados</i>	1535	1535	1535	1535
Aplica-se totalmente	77,4	53,9	64,2	27,6
Aplica-se parcialmente	10,7	17,2	7,8	8,5
Não se aplica	11,9	28,9	28,0	63,9

Para o conjunto de estudantes, “fazer face às despesas de manutenção” é a razão mais importante para o exercer uma atividade remunerada (77,4% identificam-se com esta motivação); a qual é reforçada (para 64,2%) pela perceção de que “não teriam condições de sustentar os estudos caso não trabalhassem”; “adquirir experiência no mercado de trabalho” é uma motivação para 53.9% e 27,6% identifica como motivação o facto de terem que apoiar financeiramente outros (familiares).

As motivações financeiras relativas quer à importância dos rendimentos auferidos através do trabalho para fazer face às despesas de manutenção, ou mesmo suportar



os custos inerentes à condição de ser estudante são mais apontadas pelos estudantes mais velhos (>25 anos), estudantes que protagonizam um ingresso tardio no ensino superior, estudantes que têm no trabalho a sua principal fonte de rendimentos e pelos estudantes internacionais.

Os estudantes até 30 anos destacam com maior frequência a motivação associada à “adquirir experiência no mercado de trabalho”.

CAPÍTULO 8 Mobilidade e internacionalização

Um décimo dos estudantes portugueses (10,3%) teve uma experiência de internacionalização durante a vigência do seu programa de estudo. Os estudantes de licenciatura reportam experiências menos frequentes (7,2%) e os de mestrado, como seria expectável, dão conta dessa internacionalização de forma mais frequente, veja-se os que estão em mestrado (isolado, 17,1%; ou integrado, 15,7%), mesmo que tais saídas para o estrangeiro tenham ocorrido durante a licenciatura.

Quadro 141 – Mobilidade e internacionalização, estudantes do ensino superior com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro (%)

	total	
	estudantes com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro (%)	estudantes com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro (n)
n não ponderados	–	4884
n ponderados	–	5056
Estudantes que tiveram atividade no estrangeiro	10,3	521
Estudantes que não tiveram atividade no estrangeiro	89,7	4536

Quadro 142 – Mobilidade e internacionalização, estudantes com algum tipo de atividade relacionada com os estudos realizada no estrangeiro por grau de escolaridade ao qual dará acesso o programa de estudos atual, por grau de manifestação de dificuldades económicas e por escolaridade dos pais (%)

		<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Estudantes que tiveram atividade no estrangeiro (%)	Estudantes que não tiveram atividade no estrangeiro (%)
Grau de qualificação em desenvolvimento	Curso Técnico Superior Nacional	104	150	4,9	95,1
	Licenciatura (1º ciclo do ensino superior)	2948	3167	7,2	92,8
	Mestrado (2º ciclo do ensino superior)	954	872	17,1	82,9
	Mestrado integrado	829	817	15,7	84,3
	Pós-graduação	49	51	15,4	84,6
Grau de dificuldades financeiras	Estudantes com dificuldades financeiras	1190	1212	9,7	90,3
	Estudantes sem dificuldades financeiras	1936	2062	12,2	87,8
Escolaridade dos pais	Sem ensino superior	3106	3218	7,6	92,4
	Com ensino superior	1705	1749	15,5	84,5
	Não sabe	34	47	1,5	98,5



Estas experiências também são marcadas por circunstâncias de desigualdade social e económica - os estudantes que declaram ter dificuldades económicas tendem a ir ligeiramente menos (9,7%) do que os restantes e os filhos de pais mais qualificados tendem a ir mais para fora para estudar (15,5% para pais que têm entre 5 e 8 no nível CITE).

Também os estudantes que ainda estão dependentes financeiramente da família têm mais este tipo de experiência internacional (11,4%). Os que dependem do estado e, portanto, vivem à partida com mais dificuldades financeiras, são os que se saíram menos para o estrangeiro (6,1%) para este tipo de fim.

Um pouco mais de metade dos que vão para fora para estudar, fazem-no sobretudo e exclusivamente para este fim.

Quadro 143 – Mobilidade e internacionalização, estudantes que estiveram inscritos numa instituição do ensino superior estrangeira ou têm planos para se inscrever no estrangeiro (%)

	%	n
n não ponderados	–	4884
n ponderados	–	5056
Sim	5,5	277
Não, mas tenciona ir	27,8	1407
Não e não tenciona ir	66,7	3373

No conjunto, 5,5% dos estudantes portugueses que responderam ao inquérito estiveram matriculados no ensino superior no estrangeiro, quase 28,0% ainda planeia ir e para dois terços (66,7%) dos estudantes isso não faz parte dos seus planos.

Cerca de um quarto dos estudantes tem planos já definidos para sair para o estrangeiro para estudar, numa percentagem equivalente àqueles que declaram já ter tido essa experiência.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 144 – Mobilidade e internacionalização, grau de escolaridade a que daria acesso o programa de estudos aquando da experiência no estrangeiro (%)

	total	
	Grau de escolaridade em desenvolvimento (%)	Grau de escolaridade em desenvolvimento (n)
n não ponderados	–	287
n ponderados	–	277
Curso Técnico Superior Nacional	1,1	3
Licenciatura (1º ciclo do ensino superior)	63,3	175
Mestrado (2º ciclo do ensino superior)	6,6	18
Mestrado integrado	28,2	78
Pós-graduação	1,9	5

Quase dois terços dos estudantes estava a tirar uma licenciatura quando foram para fora.

Quase 80% destes estudantes vai para o estrangeiro até 6 meses. Tais períodos de vigência são muito normalizados pelas regras dos programas europeus (nomeadamente o Programa Erasmus+) e pelo próprio enquadramento do ensino superior em Portugal.

75% dos estudantes declararam que os créditos obtidos no estrangeiro foram reconhecidos (62,8%) ou parcialmente reconhecidos (12,8%). Tal sistema de equivalências e reconhecimento teve a sua implementação em Portugal a partir de 2007.⁷

Quadro 145 – Mobilidade e internacionalização, tipo de enquadramento ou apoio institucional para desenvolvimento da atividade no estrangeiro (%)

	Enquadramento institucional (%)	Enquadramento institucional (n)
n não ponderados	–	287
n ponderados	–	277
Programa da União Europeia	74,0	205
Outro programa	13,3	37
Organização independente, sem nenhum programa	12,7	35

⁷ Ver a este respeito para os países do sul da Europa a situação e recomendações políticas em Comissão Europeia (2016).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



No quadro dos apoios institucionais, os programas europeus são o grande apoio à experiências no estrangeiro para efeitos do estudo.

Quadro 146 – Mobilidade e internacionalização, fontes dos financiamento para envolvimento em atividade no estrangeiro (%)

	Fontes de financiamento para realização da atividade no estrangeiro (%)	Fontes de financiamento para realização da atividade no estrangeiro (n)
<i>n não ponderados</i>	–	287
<i>n ponderados</i>	–	277
Contribuições por parte da família	86,0	238
Rendimento próprio de trabalho anterior ou poupanças	39,3	109
Rendimento de trabalho próprio durante as atividades de estudo no estrangeiro	7,9	22
Bolsa de estudo no país de acolhimento	4,5	12
Bolsa de estudo no país de origem	15,3	42
Bolsa de estudo especial do país de origem para ir para o estrangeiro	6,9	19
Bolsa de estudo da UE	67,4	186
Financiamento de entidades privadas	1,4	4
Financiamento de ONG's	0,0	0
Outra	2,2	6

Como fica bem patente nos dados que se seguem, a família é o grande apoio à internacionalização destes estudantes. Depois seguem-se os programas europeus e, de forma mais distante, os rendimentos do trabalho (atual ou prévio). No entanto, no documento de *Reforma e modernização do ensino superior em Portugal, 2005-2011: Síntese de ações de política e principais resultados Governo (MCTES, 2011)* registava-se já o início de propostas que vão no sentido do reforço financeiro destes estudantes, nomeadamente dos mais carenciados através das seguintes modalidades: a) por um lado, a portabilidade das bolsas de estudo, garantindo aos estudantes carenciados que beneficiam de uma bolsa de estudos a mantenham em caso de mobilidade no âmbito do Programa ERASMUS; e, por outro, a concessão aos bolseiros abrangidos por este Programa de um complemento de bolsa.

Os destinos que os estudantes portugueses tendem a ir com maior frequência, no quadro do Programa Erasmus e de acordo com dados da Comissão Europeia, são a Espanha, a Polónia, a Itália e a República Checa, havendo depois uma enorme pulverização entre os mais de 25 países que servem de destino aos estudantes nacionais. Existe, de acordo, com os dados, uma procura muito orientada para países com um padrão de desenvolvimento e situação económica parecida com Portugal.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 147 –Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que não desenvolveram planos de mobilidade internacional (%)

	<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Obstáculo importante (%)	Obstáculo parcialmente importante (%)	Não é obstáculo (%)
Proficiência em línguas	3193	3373	34,6	14,9	50,6
Falta de informação cedida pela instituição de ensino	3193	3373	25,1	25,1	49,9
"Separação" da família	3193	3373	52,9	16,6	30,5
Obstáculos financeiros	3193	3373	81,6	10,0	8,4
Possível perda de emprego	3193	3373	35,7	10,2	54,1
Falta de motivação	3193	3373	25,0	25,4	49,6
Poucos benefícios para os estudos no país e origem	3193	3373	28,7	25,5	45,8
Pouca compatibilidade entre o programa de estudos dos países de origem e destino	3193	3373	33,8	24,5	41,7
Problemas com reconhecimento de resultados obtidos no estrangeiro	3193	3373	30,8	25,8	43,4
Problemas com acesso a autorizações de permanência no país de destino	3193	3373	30,8	24,3	45,0
Poucas vagas dos programas de mobilização	3193	3373	26,1	28,2	45,7
Problemas de saúde	3193	3373	8,5	8,2	83,2

Para mais de um terço dos estudantes que não tem planos para ir estudar para o estrangeiro aponta a proficiência em línguas como um obstáculo à sua ida. As questões financeiras são o tipo de obstáculo mais relevante a uma experiência no estrangeiro.

Quadro 148 –Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que desenvolveram planos concretos de mobilidade internacional (%)

	<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Obstáculo importante (%)	Obstáculo parcialmente importante (%)	Não é obstáculo (%)
Proficiência em línguas	139	142	28,0	10,5	61,5
Falta de informação cedida pela instituição de ensino	139	142	38,0	16,7	45,3
"Separação" da família	139	142	23,1	21,7	55,3
Obstáculos financeiros	139	142	75,0	11,6	13,4
Possível perda de emprego	139	142	13,2	13,0	73,8
Falta de motivação	139	142	8,6	8,4	82,9
Poucos benefícios para os estudos no país e origem	139	142	14,2	12,0	73,8
Pouca compatibilidade entre o programa de estudos dos países de origem e destino	139	142	24,9	21,0	54,1
Problemas com reconhecimento de resultados obtidos no estrangeiro	139	142	29,0	20,8	50,2
Problemas com acesso a autorizações de permanência no país de destino	139	142	30,8	17,0	52,2
Poucas vagas dos programas de mobilização	139	142	34,7	12,6	52,7
Problemas de saúde	139	142	8,9	7,2	83,8



Para os que têm planos concretos e já definidos a língua é um obstáculo menos relevante do que para aqueles que não ponderam ir para o estrangeiro.

Também no que respeita a outro tipo de obstáculos, estes estudantes tendem a valorizar menos do que os anteriores essas dimensões que potencialmente dificultam a saída. No entanto, entre estes a dimensão financeira também é a que mais pesa nessa avaliação.

Quadro 149 – Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que ainda não desenvolveram planos concretos nesse sentido mas que consideram essa possibilidade (%)

	<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Obstáculo importante (%)	Obstáculo parcialmente importante (%)	Não é obstáculo (%)
Proficiência em línguas	1265	1265	29,7	14,4	55,9
Falta de informação cedida pela instituição de ensino	1265	1265	33,8	23,9	42,3
"Separação" da família	1265	1265	32,1	20,9	47,0
Obstáculos financeiros	1265	1265	78,3	12,7	9,0
Possível perda de emprego	1265	1265	18,1	10,6	71,3
Falta de motivação	1265	1265	10,0	17,1	72,9
Poucos benefícios para os estudos no país de origem	1265	1265	18,0	16,5	65,5
Pouca compatibilidade entre o programa de estudos dos países de origem e destino	1265	1265	32,0	23,0	45,0
Problemas com reconhecimento de resultados obtidos no estrangeiro	1265	1265	33,1	22,1	44,7
Problemas com acesso a autorizações de permanência no país de destino	1265	1265	34,7	22,6	42,7
Poucas vagas dos programas de mobilização	1265	1265	34,5	23,4	42,0
Problemas de saúde	1265	1265	6,9	7,4	85,7

Estes estudantes ainda não têm planos concretos mas colocam a possibilidade de vir a estudar no estrangeiro. Para estes estudantes as competências em língua estrangeira só constituem um obstáculo para 29,7%.

Para estes a não concretização da sua decisão e planeamento deste tipo de experiência, parece ficar-se a dever sobretudo a questões financeiras.

Os estudantes que já tiveram esta experiência reportam que os maiores obstáculos foram questões do reconhecimento dos seus resultados académicos e questões financeiras, sobretudo e o mais importante, é que estudar no estrangeiro acarreta custos adicionais que funcionam como o principal obstáculo a ir estudar fora.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Quadro 150 –Obstáculos ao envolvimento em atividades de estudo no estrangeiro por parte dos estudantes que participaram neste tipo de experiências (%)

	<i>n não ponderados</i>	<i>n ponderados</i>	Obstáculo importante (%)	Obstáculo parcialmente importante (%)	Não é obstáculo (%)
Proficiência em línguas	287	277	26,4	18,3	55,3
Falta de informação cedida pela instituição de ensino	287	277	34,7	21,7	43,6
"Separação" da família	287	277	26,6	22,0	51,5
Obstáculos financeiros	287	277	71,6	11,6	16,9
Possível perda de emprego	287	277	28,0	16,5	55,5
Falta de motivação	287	277	19,1	13,1	67,8
Poucos benefícios para os estudos no país de origem	287	277	24,3	16,9	58,8
Pouca compatibilidade entre o programa de estudos dos países de origem e destino	287	277	26,5	19,3	54,2
Problemas com reconhecimento de resultados obtidos no estrangeiro	287	277	40,1	11,7	48,1
Problemas com acesso a autorizações de permanência no país de destino	287	277	27,5	12,1	60,5
Poucas vagas dos programas de mobilização	287	277	28,1	17,9	54,0
Problemas de saúde	287	277	12,5	6,3	81,1

Estes dados são muito convergentes com os dados oficiais, nomeadamente com as saídas para Espanha. Contudo, o número muito reduzido de casos apela a alguma cautela analítica, pois não é seguro fazer inferências a partir destes casos para o universo.

O reduzido número de casos apela a alguma contenção na interpretação destes dados.

Só para 27% dos estudantes dos que estiveram e com outras atividades que não estritamente as relacionadas com o estudo tiveram equivalência reconhecida no ensino superior em Portugal, medidos em créditos (ECTS).

Quase a totalidade dos estudantes, fala a língua oficial do país. Tal quer dizer que uma boa parte dos estudantes internacionais, também fala a língua portuguesa como língua nativa (69,6%). Mais de metade dos estudantes declara ser proficiente em pelo menos duas línguas. Tal é particularmente relevante para estudantes com pais muito escolarizados. Estes declaram ter um maior domínio em várias línguas do que os restantes.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR EM PORTUGAL, 2017



Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, José Luís Casanova, Susana da Cruz Martins, Rosário Mauritti, Patrícia Ávila, e Fernando Luís Machado (2003), *Diversidade na Universidade: Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- Balsa, Casimiro Marques, José Vasconcelos Simões, Pedro Belchior Nunes, Renato Emídio do Carmo, e Ricardo Oliveira Campos (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Edições Colibri.
- Carvalho, Paulo Soeiro, Susana Corvelo (coords.), Luís Moniz, Manuela Madureira, e Susana Veríssimo (2014), *Insight - Lisboa. Cidade Atrativa para Estudantes Internacionais*, Lisboa, Câmara Municipal De Lisboa, Direção Municipal De Economia E Inovação.
- CHEPS e NIFU (2015), *Dropout and Completion in higher education in Europe. Main report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Cobb-Clark, Deborah, e Tue Gørgens (2012) "Parents' Economic Support of Young-Adult Children: Do Socioeconomic Circumstances Matter?" *IZA DP (Discussion Paper)*, No. 6376.
- Comissão Europeia (2016), *3rd Policy Dialogue with Southern Mediterranean Countries on Higher Education – Report*, Bruxelas.
- Costa, António Firmino, João Teixeira Lopes, e Ana Caetano (orgs.) (2014), *Percursos de Estudantes no Ensino Superior: Fatores e Processos de Sucesso e Insucesso*, Lisboa, Editora Mundos Sociais,
- GTAEDES (2017), *Directório dos Serviços de Apoio para Estudantes com Deficiência no Ensino Superior* (edição 2016) – <http://www.gtaedes.pt/o-gtaedes/>.
- Hammonds, Frank, Gina J. Mariano, Gracie Ammons e Sheridan Chambers (2016), "Student evaluations of teaching: improving teaching quality in higher education", *Perspectives: Policy and Practice in Higher Education*, 21(1), 26-33, DOI: 10.1080/13603108.2016.1227388.
- Hauschildt, Kristina, Eva Vogtle, e Christoph Gwosć (2018), *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe, EUROSTUDENT VI2016-2018 (Synopsis of Indicators)*, Bielefeld, German Centre for Higher Education Research and Science Studies (DZHW).
- Homem, A.P.B., J. Mourato, P. Dominginhos (2017), *Parecer. Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior*, CNE, Jan,2017, em: http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Parecer_EstudantesNEEEEnsino_Superior.pdf.
- Magalhães, António, Maria de Lourdes Machado, e Maria José Sá (Orgs.) (2009), *Satisfação dos Estudantes do Ensino Superior Português*, Porto CIPES, Relatório Final.



- Martins, Susana da Cruz (2012), *Escolas e Estudantes da Europa: Estruturas, Recursos e Políticas de Educação*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Martins, Susana da Cruz (2015), "A abertura do ensino superior à diversidade de públicos: políticas e orientações", Maria de Lurdes Rodrigues, e Manuel Heitor et al (orgs.), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Lisboa, Almedina, pp. 735-756.
- Martins, Susana da Cruz, e Alexandra Duarte (2015), "As políticas de internacionalização e mobilidade no ensino superior: o Programa Erasmus e outras iniciativas", em Maria de Lurdes Rodrigues, e Manuel Heitor et al (orgs.), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Lisboa, Almedina, pp.623-643.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da costa (2005), *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior*, Lisboa, DGES/MCTES.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa (2008), *Estudantes do Ensino Superior: Inquérito às Condições Socioeconómicas, 2007*, em Colecção Temas e Estudos de Acção Social (vol. 7), Lisboa, DGES/MCTES.
- Mauritti, Rosário, e Susana da Cruz Martins (2007), "Estudantes do ensino superior: origens e contextos sociais", em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, e Patrícia Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu, vol. II)*, Oeiras, Celta Editora, pp. 85-101.
- OCDE (2017), *Education at a Glance*, Paris.
- Pruvot, Enora Bennetot, e Thomas Estermann (2017), *University Autonomy in Europe III: The Scorecard 2017*, Bruxelas, European University Association (EUA).
- RAIDES/DGEEC (2012), *Ensino Superior: situação em 2012/13 dos inscritos pela primeira vez em 2011/12 Dados Estatísticos*, Lisboa, DGEEC/MCTES.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, e Manuel Heitor et al (orgs.) (2015), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Lisboa, Almedina, pp.623-643.
- Schneider, Judy (2000), "The increasing financial dependency of young people on their parents", *Journal of Youth Studies*, 3 (2), pp. 5-20.
- Silva, Augusto Santos, e Ana Serrano (2015), "A gestão do acesso ao ensino superior: entre a massificação e a regulação", em Maria de Lurdes Rodrigues, e Manuel Heitor et al (orgs.), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior*, Lisboa, Almedina, pp.623-643.